

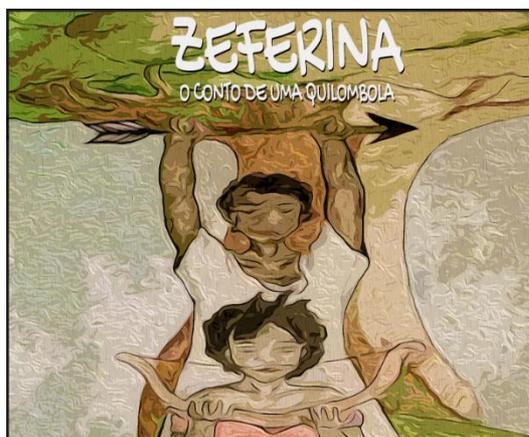


PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA  
DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS DO CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E  
LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

**ZEFERINA:  
O CONTO DE UMA QUILOMBOLA**

RELATÓRIO FINAL DE PRODUÇÃO DO PARADIDÁTICO

VIVIANE CARLA BANDEIRA SANTOS



Cachoeira – BA  
2019

VIVIANE CARLA BANDEIRA SANTOS

**RELATÓRIO PARA A PRODUÇÃO DO PARADIDÁTICO “ZEFERINA:  
O CONTO DE UMA QUILOMBOLA”**

Relatório da produção do material didático apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Isabel Cristina Ferreira dos Reis e Co-orientação do Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Cachoeira - BA  
2019

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

S237z Santos, Viviane Carla Bandeira  
Zeferina: o conto de uma quilombola / Viviane Carla Bandeira Santos. – Cachoeira, 2019.  
59 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis.  
Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho.  
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

Relatório sobre a produção de um material didático.

1. História - Estudo e ensino. 2. Quilombolas. 3. Gênero.  
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.  
II. Título. III. Título: O conto de uma quilombola.

CDD: 981.42

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

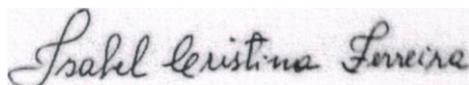
Viviane Carla Bandeira Santos

ZEFERINA: o conto de uma quilombola

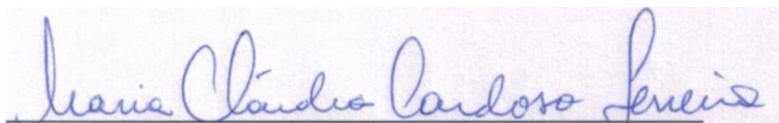
Material Paradidático apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, elaborado sob a orientação da Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis e coorientação do Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho.

Aprovado, 10 de maio de 2019.

Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis (UFRB — Orientadora)



Profa. Dra. Maria Claudia Cardoso (UNILAB — Examinadora Externa)

---

Profa. Dra. Martha Rosa Filgueira Queiroz (UFRB - Examinadora Interna)

Cachoeira-Ba  
ANO  
2019

*“Resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos das armadilhas da negação e do esquecimento; significa estarmos reafirmando a nossa presença ativa na história pan-africana e na realidade universal dos seres humanos [...]”.*

*(Abdias do Nascimento, 2009)*

## AGRADECIMENTOS

Remeto a palavra em Iorubá “Ope” para estender os meus sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram diretamente ou indiretamente na produção da minha pesquisa.

Primeiramente, à Deus por ter conseguido alcançar meus objetivos.

À minha família, pais: Antônio Carlos e Luiza Bandeira; irmãos: Alex, Vânia, Jean, Marco e Beatriz; madrasta: Maria Barroso; padrasto: Jorge Macedo; cunhada: Claudiane Bandeira; cunhados: Júnior e Artur; sobrinhos: Davi, Clara e Esther; marido: César Augusto e filhos: Ana Luiza e Samuel e a minha querida avó (*in memorian*), Hildete Torres e minha sogra (*in memorian*) Horacina Tavares, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e incentivaram a realizar o meu tão sonhado curso de mestrado.

Aos meus amigos e colegas do mestrado, num espaço em que geralmente encontramos concorrência e uma rede de vaidades, fui envaidecida em encontrar pessoas maravilhosas que me auxiliaram muito na realização do trabalho, especialmente: Talita Fontes, Miguel Velanes, Franklin Peixinho, Iasmin Gonçalves, Lílian Soares, Vinicius Bonifácio, Tamires Teles e Andréa Moreira, Maricélia Vianna e Rafael Santana Lopes.

Aos meus grandes amigos e colegas: Camerina Contreiras, Leczy Cunha, Vitalbino Fontes, Minervino Santos, Emília, Marilene Leone, Denise Santana, Franklin Maciel e Olívia Guerreiro que me estenderam a mão nesse momento tão importante da minha vida; sem vocês não poderia ter realizado essa jornada.

Aos professores do Mestrado que indicaram novos caminhos, enriquecendo meu trabalho. Professores: Sérgio Guerra Filho, Solyane Lima, Martha Rosa, Eliazar João da Silva, Cláudio Orlando, Vanda Machado, Fabiana Comerlato, Fabrício Lyrio Santos e Rita Dias.

A minha orientadora, Isabel Cristina Ferreira dos Reis que compreendeu a proposta do trabalho e o abraçou com tanto carinho e dedicação, trazendo importantes contribuições.

À banca de qualificação, professoras Martha Rosa e Maria Cláudia Cardoso pelas orientações dadas que foram fundamentais para finalização do trabalho.

Aprendemos a exercer a palavra gratidão em momentos como estes. Assim, como o nome de Zeferina que significa “a Deusa do vento”, que os bons ventos se dirijam para suas vidas, trazendo “motumbá” para todos, o que significa um pedido de bênçãos entre os nagô.

## **RESUMO**

O presente relatório trata da elaboração do livro paradidático “Zeferina: o conto de um quilombola”, material feito para subsidiar os professores da Educação Básica, especificamente, no Ensino Fundamental II, no sentido de trabalhar a respeito da participação das mulheres negras nos movimentos de resistência escrava em sala de aula. O livro baseia-se na história de Zeferina, líder do quilombo do Urubu, e objetiva promover a ampliação do conhecimento sobre os quilombos e movimentos de resistência escrava. Além disso, promove uma discussão sobre racismo, apresentando referenciais positivos sobre a figura da mulher negra. Observou-se, também nesta pesquisa, que há uma vasta produção sobre os movimentos de resistência escrava no Brasil, principalmente sobre quilombos, contudo foram constatadas que estas discussões se limitam ao universo de protagonistas masculinos, invisibilizando, assim, a atuação das mulheres quilombolas. E o relatório explicita os referenciais teóricos, procedimentos metodológicos, manuseio de fontes primárias e o projeto gráfico do livro paradidático “Zeferina - O conto de um quilombola”, bem como do volume “Diálogo com os Professores”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Invisibilidade; Mulher negra; Resistência; Ensino de História; Material Didático; Quilombos.

## **ABSTRACT**

This report deals with the elaboration of the book "Zeferina: the tale of a quilombola", material made to subsidize the teachers of Basic Education, specifically, in Elementary Education II, in the sense of working on participation of black women in resistance movements slave in classroom. The book is based on the story of Zeferina, leader of the Quilombo of the Vulture and promote the expansion of knowledge the understanding of quilombos and movements of slave resistance. In addition, it promotes a discussion about racism, presenting positive references on the figure of the black woman. It is observed, too, in this search that there is a vast production on slave resistance movements in Brazil, especially on quilombos, however, yet were reported that these discussions are limited to the universe of male protagonists, making invisible, like this, the performance of quilombola women. The report concludes with the theoretical references, methodological procedures, the handling of the sources and the graphic design of the paradidático book and the Dialogue with the teachers.

**KEYWORDS:** Invisibility; Black woman; Resistance; Teaching History; Courseware; Quilombos.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>10</b>
1.1 Relevância.....	11
1.2 Fundamentação da Pesquisa.....	13
<b>2. Fundamentação Teórica.....</b>	<b>17</b>
2. Zeferina: A Representação da Mulher Quilombola na Historiografia.....	17
2.2 O Silêncio Sobre a Mulher Quilombola Nos Livros Didáticos.....	27
2.3 A Análise do Livro Didático: O Lugar das Mulheres Quilombolas.....	32
2.4 A Lei 10.639/03 e a Produção de Livros Paradidáticos.....	37
2.5 Revisitando o Conceito de Quilombos.....	40
2.6 Entendendo o Quilombo do Urubu.....	47
<b>3. Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>50</b>
3.1 Construção dos Produtos Pedagógicos.....	50
<b>4. Considerações Finais .....</b>	<b>54</b>
<b>5. Referências .....</b>	<b>56</b>
<b>6. Anexos.....</b>	<b>59</b>

## 1. Introdução

O presente relatório aborda a respeito da elaboração do livro paradidático “Zeferina: O conto de uma quilombola”, material educativo que propõe subsidiar os professores da Educação Básica, preferencialmente os do Ensino fundamental II, a trabalharem sobre gênero, raça e resistência escrava em sala de aula, com o objetivo de minimizar as ausências e invisibilidades presentes nos manuais didáticos.

Mas, por que escolher Zeferina? Porque, além dela ter sido líder de um importante mocambo baiano, o quilombo do Urubu, localizado nas imediações de Pirajá, Salvador, por volta de 1826, simboliza a atuação das mulheres quilombolas que, apesar de serem silenciadas pela produção historiográfica tradicional, participaram ativamente do processo de resistência escrava no Brasil e em todos os lugares onde houve a escravização das populações negras e ameríndias.

Como professora de história e mulher, em atuação na Educação básica há 18 anos, em escolas localizadas em bairros remanescentes de quilombos, Arenoso (Quilombo do Cabula) e Ribeira (Quilombo dos Mares), constatei, a partir de uma roda de conversa com os educandos, que estes pouco ou nada conheciam sobre os mocambos<sup>1</sup> ou, quando sabiam, remetiam-se apenas ao Quilombo dos Palmares e a figura de Zumbi, despertando-me, assim, a atenção em investigar a participação das mulheres quilombolas nestes agrupamentos.

Além disso, sempre me incomodou a forma como os livros didáticos retratam a mulher, principalmente, a mulher negra. A partir desta percepção, surgiu a necessidade de elaborar um material didático sobre Zeferina, uma vez que, nos manuais didáticos, de forma ampla, figuras como ela se encontram invisibilizadas.

A constatação de “invisibilidade” dos sujeitos em uma sociedade pode ser identificada nos livros didáticos pela pouca ou nenhuma referência feita sobre a participação da mulher nos processos históricos. Essa constatação atinge mais significativamente a mulher negra que, além do estigma de gênero, sofre por ser negra em um país que escravizou negros durante grande parte da sua história.

Este estudo se enquadra no contexto teórico-metodológico da História Regional, pois aborda sobre a história do quilombo do Urubu e de Zeferina, mostrando a importância desse mocambo para o contexto local e histórico da Bahia. A construção do livro paradidático sobre

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para designar quilombos. Muito usado no período colonial, principalmente na região do centro-oeste.

Zeferina evidencia experiências históricas de personagens que, até então, encontravam-se no anonimato, ainda que tenham tido significativa participação na história do Brasil.

Luís Carlos Borges da Silva, no artigo: “A Importância do Estudo de História Regional e Local na Educação Básica”, mostra que os manuais didáticos atribuem pouca importância a História regional e local e se baseiam em narrativas sobre fenômenos históricos das regiões.

O autor sinaliza também que os livros didáticos priorizam abordagens genéricas, mencionando características do cotidiano das mulheres em períodos como: Grécia Antiga, Feudalismo e Brasil Colônia. Porém não assinalam as práticas cotidianas das mulheres no contexto da história do Recôncavo baiano, a exemplo das charuteiras, rezadeiras, artistas, sambadeiras, ceramistas, empreendedoras comerciais e agrícolas, marisqueiras e nem as quilombolas.

Desta forma, a referente pesquisa possui o intuito de contribuir para o entendimento dos quilombos e para os estudos sobre resistência escrava, enfocando a questão de gênero que ainda se encontra pouco presente nas produções historiográficas sobre o tema.

## **1.1. Relevância**

Conforme as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (2006), a educação constitui-se em um dos principais mecanismos de transformação da realidade na qual o papel da escola é estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características de grupos e minorias. Partindo desse pressuposto, a pesquisa corrobora no sentido de minimizar preconceitos e pregar o respeito às diferenças. Assim, a elaboração do material didático proposto visa contribuir com as Pedagogias de combate ao racismo, pelo fato de buscar positivar a figura da população negra, mais, especificamente, da mulher negra.

Segundo Douglas Verrangia e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010), a Educação das relações étnico-raciais refere-se a processos educativos que viabilizem a superação de preconceitos raciais, estimulando práticas sociais livres de discriminação, promovendo lutas por equidade social dentre os distintos grupos étnico-raciais constituintes do país. Comulgando com tal pensamento, o presente livro paradidático apresenta uma discussão sobre o racismo, propiciando referenciais positivos sobre a figura da mulher negra.

A elaboração de um livro paradidático que objetive retomar parte da história regional do quilombo do Urubu e de Zeferina, contribui para um melhor entendimento da história da nossa Cidade. A pesquisa também colabora com os estudos da história das mulheres e do ensino de história, uma vez que há poucos estudos e produções infanto-juvenis que contemplem a participação das quilombolas ou de Zeferina, possibilitando que essas discussões adentrem os ambientes das salas-de-aula, não se limitando apenas à academia.

A própria historiografia da escravidão, no que se refere aos movimentos de resistência escrava, ainda se limita a tratar sobre os quilombos e rebeliões, não avançando muito nas discussões a respeito de temáticas relativas a gênero e quilombos, e este estudo vem contribuir neste sentido.

A produção do livro paradidático “Zeferina - O conto de uma quilombola”, ao apresentar a história do quilombo do Urubu e de Zeferina, atende o que propõe a Lei 10.639-03 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação básica, evidenciando personagens até então ignoradas. Contudo, mesmo com a implementação desta Lei, percebe-se que há dificuldades em sua aplicabilidade. Uma das formas de viabilizar essa aplicabilidade é a elaboração de materiais didáticos que contemplem tais temáticas.

Além disso, observa-se que os professores de História da Educação Básica, por utilizarem o livro didático como principal recurso, deixam de abordar algumas temáticas importantes, promovendo a não-valorização de figuras relevantes, bem como o apagamento de momentos cruciais da nossa história. Ao fazer uma análise de manuais didáticos do Ensino Fundamental II, foi constatado que a mulher quilombola está ausente, provocando, assim, a necessidade de se pensar em um material didático que evidencie essas personagens.

É necessário salientar que a extensa jornada de trabalho dos professores da Educação Básica dificulta, de certa forma, a formação continuada, provocando o desconhecimento de temáticas importantes. O que reverbera no contexto escolar, uma vez que, há ausência de algumas abordagens, como por exemplo, gênero e os novos estudos sobre os movimentos de resistência escrava. Entretanto, o livro “Diálogo com o (a) professor (a)”, ao tratar de algumas discussões importantes sobre gênero, raça e movimentos de resistência escrava, poderá subsidiar os docentes a trabalharem com estes assuntos em sala-de-aula.

Esta pesquisa visa contribuir com a nova historiografia da resistência escrava, pois há poucos estudos sobre mulheres quilombolas, promovendo, assim, referenciais positivos a

respeito da figura da mulher negra, possibilitando a apropriação da identidade étnico-racial negra pelos educandos, construída a partir de Zeferina.

Segundo Nilma Lino Gomes (2002), no artigo: “Educação e Identidade Negra”, a escola é vista como um espaço no qual aprendemos e compartilhamos não apenas conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como o preconceito racial, de gênero, de classe e de idade. Neste sentido, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida em um processo educativo bem mais amplo, identificamos mais do que grades curriculares, ou seja, a escola passa a ser compreendida como um dos contextos interventores de construção da identidade negra.

Dessa forma, percebi que a produção de materiais didáticos pode subsidiar os professores a lidarem com estes dilemas existentes no ambiente escolar, pois remetem a um dos objetivos da Educação no que diz respeito a promoção do exercício da cidadania aos educandos.

## **1.2. Fundamentação da Pesquisa**

A proposta da pesquisa apresentada na seleção para ingresso no curso de mestrado foi sendo modificada de acordo com as discussões realizadas nas disciplinas ofertadas e nos eventos aos quais participei. Durante este período, houve o amadurecimento das minhas ideias. A disciplina “Teorias e métodos da história”, por exemplo, além de abordar obras importantes da historiografia, possibilitou-me repensar o projeto de pesquisa, através da apresentação de seminários sobre o tema com a participação dos orientadores. Esta atividade foi fundamental para que eu pudesse prosseguir com a produção do material didático ao qual, inicialmente, tratava-se de uma cartilha digital sobre o tema voltado ao Ensino Médio.

Ao longo das aulas e contribuições da turma, percebi a necessidade de modificar o material didático que passou a ser impresso e não mais digital, visto que as escolas apresentavam realidades distintas e a maioria delas não possuía recursos midiáticos para tal fim. Quando pensei em um produto, almejei que este abrangesse o maior número de pessoas, por isso retomei a ideia de produzir um livro paradidático.

A disciplina “Políticas, teorias e experiências curriculares da educação” foi importante no meu percurso acadêmico no sentido de que eu fizesse uma reflexão sobre esta questão, pois, além de apresentar discussões como, descolonização do currículo, histórias de vida,

possibilitou-me um mapeamento da Lei 10.639/03 nas escolas estaduais, municipais e particulares. Na verdade, este trabalho nos indicou caminhos no intuito de observar esses ambientes multirreferenciais, ou seja, “[...] uma experiência concreta de multirreferencialidade constituída pelas diferentes presenças-culturais, vivenciais, teóricas, e os diferentes cenários, contextos e eventos, na conjunção dos quais constituo essa trajetória”. (JESUS, 2010, p. 22)

Já a disciplina, “História da Educação e do Ensino de História”, proporcionou-nos uma contextualização da educação no Brasil e de como os negros sempre foram excluídos do processo educacional formal. Então, procurei focar a educação dos negros, mais especificamente da mulher negra, e sobre este tema elaborei um artigo que buscou estabelecer uma relação com meu objeto de pesquisa, já que a invisibilidade da mulher negra também estava presente no sistema escolar brasileiro.

Ao tempo em que cursava as disciplinas, participei também de variados eventos acadêmicos. A minha primeira apresentação de trabalho ocorreu no “Congresso da Negritude” o qual trouxe importantes contribuições para a minha pesquisa, sobretudo com relação aos referenciais teóricos, assim como pensar o material didático.

Outro evento relevante foi o “Congresso da Juventude”, através do qual percebi um amadurecimento significativo do meu trabalho, pois, na ocasião, contava apenas com as discussões da nova historiografia escravidão, como trabalhos de José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Eduardo Gomes, Isabel Cristina Ferreira dos Reis, Sidney Chalhoub, dentre outros. A pesquisa foi, então, tomando forma a partir da apropriação de estudos de autores pós-colonialistas, tais como, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Ana Célia Conceição Silva, ou seja, estudos que trazem uma nova abordagem sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Kabengele Munanga (2005), abordou em seu livro: “Superando o Racismo” que cabe ao professor mostrar a participação do negro como sujeito histórico. Assim, este estudo sobre a figura de Zeferina, mostra o papel de liderança exercida por esta no referido mocambo baiano,<sup>2</sup> tornando-se símbolo de luta e resistência, dialogando, neste sentido, com a obra de Munanga.

---

<sup>2</sup> Mocambo é um termo utilizado na época colonial para designar quilombos / ajuntamento de negros fugidos do cativo. Era muito usado no centro-oeste e sudeste.

Importante destacar que Ana Célia Conceição Silva (2005), ressalta que no livro didático a cidadania e a humanidade são representadas pelo homem branco e de classe média; a mulher, o negro, os povos indígenas, dentre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero para registrar sua existência. A autora assinala que, uma vez sendo o principal material utilizado pelos professores, o livro didático acaba por perpetuar estereótipos negativos.

O livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. (SILVA, 2005, p. 22)

Silva (2005), evidencia que a presença de estereótipos nos materiais pedagógicos, especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a auto rejeição e a baixa autoestima dos sujeitos. Assim, esta autora sugere atividades ou materiais em que os professores possam utilizar para desconstruir esses estigmas. Reiterando esse pensamento, sugeri a elaboração de um material didático complementar que trate da representação feminina na história do Brasil, enfatizando o papel de Zeferina no Quilombo do Urubu. Como bem ressalta Circe Bittencourt (2004), no texto “Ensino de História Fundamentos e Métodos”, os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, considerados suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem.

Comugando com Ana Célia Silva (2005), Marco Antônio Silva (2012) ressalta no texto: “A Fetichização do Livro Didático no Brasil” sobre a primazia assumida pelo livro didático, dentre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico, pois a grande maioria dos professores brasileiros os transformou no principal ou, até mesmo, no único instrumento para auxiliar o trabalho em suas aulas. No entanto, percebo que este não contempla algumas discussões, sendo necessária a elaboração de materiais didáticos que tratem dessas questões.

Envolvida em tais discussões, no segundo semestre, optei por cursar disciplinas referentes ao ensino de história e produção do material didático. Assim, na disciplina: “Material didático, diversidade e ensino” fui conhecendo autores como: Jorn Rusen (2011), o qual discute sobre o conceito de consciência histórica; Thais Nívia de Lima Fonseca (2011), “História & ensino de História”; e Selva Guimarães Fonseca (1993), “Caminhos da história ensinada”; que me fizeram refletir sobre ensino de história e de como o material didático seria elaborado. Essas leituras foram de fundamental relevância para enriquecerem o meu estudo e pesquisa.

Na disciplina: “História dos povos indígenas no Brasil”, dediquei minha atenção a respeito da resistência indígena, procurando estabelecer uma conexão com o meu objeto de pesquisa. E, ao cursar a disciplina: “Metodologia, material didático”, esbocei o produto, pensando na diagramação e elaboração do livro paradidático. Essa atividade foi de singular importância para o desenvolvimento da pesquisa. As leituras contribuíram para uma definição do material didático e do público ao qual ele seria destinado, no caso, aos estudantes do Ensino Fundamental II, já que consideramos ser mais interessante elaborar um produto para atender a esse grupo, pois no Ensino Médio os alunos já apresentam conceitos prévios da temática em questão. Nesta oportunidade, foi, também, decidida a forma pela qual deveria se compor o roteiro de redação da primeira versão do livro paradidático e do “Diálogo com os professores”.

Através da leitura de “Artistas Negros do século XIX”, de Marcelo Salette de Souza (2012), foi observada a invisibilidade dos artistas negros no século XIX, na medida em que mostra a atuação destes na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. E, a partir do protagonismo desses artistas, podemos entender aspectos da história do Brasil. Assim, o meu trabalho se aproxima desta discussão, ao abordar sobre a questão da invisibilidade social, elegendo Zefarina como referência, propondo evidenciar o protagonismo desta mulher e de outras nos quilombos. Tirando assim, essa personagem do anonimato, trazendo-a para emergência.

Já Anderson Ribeiro Oliva (2009), no texto: “Olhares sobre a África: abordagens da história contemporânea da África nos livros didáticos brasileiros”, discorre sobre a imagem do continente africano e de sua ligação a estereótipos associados à escravidão, racismo e desconhecimento da própria história africana, reproduzindo-se, conseqüentemente, nos manuais didáticos. Observa-se claramente essa relação feita sobre África e negros e, principalmente, África e mulheres negras, que acaba por vinculá-las aos estigmas de gênero e escravidão, sendo que, muitas vezes, nem são vistas como coadjuvantes do processo histórico, sendo necessário um olhar mais atento de estudiosos e pesquisadores ao protagonismo dessas figuras femininas.

E, segundo Denise Bandeira (1994), o material didático pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como material instrucional que se elabora com dada finalidade didática. Esta afirmação dialoga com o pensamento de Bittencourt (2004), que compreende os materiais didáticos como suporte de mediação do ensino e aprendizagem.

Nesta caminhada acadêmica, participei, também, da organização do “IV Ciclo de Palestras”, promovido pelo Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB. Neste evento, as oficinas oferecidas proporcionaram-me subsídios de como produzir o material didático e as mesas redondas apresentaram discussões que contemplaram a pesquisa. Desta forma, percebi que o referente tema é muito caro para mim por ser mulher e, também, enquanto professora de História não poderia estar distante do ambiente da sala de aula, espaço este que, muitas vezes, o silêncio e, por consequência, a invisibilidade se encontram presentes, principalmente, em relação a gênero e raça.

Participei, do mesmo modo, em 2018, do “IX Encontro Estadual de História da Anpuh-BA”, no qual apresentei um trabalho intitulado: “Outras vozes, outros silêncios: a invisibilidade da mulher quilombola nos livros didáticos”, que realiza uma análise dos livros didáticos de História do Ensino Médio. Essa experiência foi muito importante para auxiliar na finalização do material didático agora apresentado.

Ao longo do curso de mestrado, tive a oportunidade de realizar meu tirocínio no Laboratório de Arqueologia. Como já tinha experiência na área, foi interessante retornar para essas discussões, sendo que o aprendizado adquirido com a professora Fabiana Comerlato me possibilitou a construção de um livro paradidático sobre arqueologia e quilombos destinado à Educação Infantil. O livro denomina-se: “Iana: Uma Aventura Arqueológica” que está sendo concluído. Portanto, a realização do tirocínio facilitou o entendimento desta temática e dos processos de produção de um material didático.

## **2. Fundamentação Teórica**

Neste item, apresento um panorama teórico geral das discussões historiográficas sobre o tema, bem como no âmbito das relações étnico-raciais, produzindo uma análise dos livros didáticos do Ensino Fundamental II.

### **2.1. Zeferina: A Representação da Mulher Quilombola Na Historiografia**

Repensar como os livros didáticos vêm reproduzindo o papel da mulher negra e, mais especificamente, o da mulher quilombola é deveras importante, pois possibilita a positividade da participação destas na história do Brasil, proporcionando novos referenciais aos alunos da Educação Básica. Para sinalizar essa questão, farei um breve panorama de como os estudos

historiográficos têm tratado a mulher negra nos movimentos de resistência, dando ênfase a figura de Zeferina.

A este respeito, João José Reis (1989), no artigo: “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, afirma que Zeferina era considerada uma rainha no Quilombo do Urubu, como também africana de origem nagô. E, durante o levante de 1826, comportou-se como uma líder, segurando um arco e flecha na mão, incitando os companheiros a continuarem lutando. No caso de Zeferina, percebi que, além de ser informado sobre seu nome, é tomada como protagonista nos documentos transcritos.

Um bando de pretos do Urubu onde já encontrarão um Sargento com vinte Soldados do Regimento de Pirajá e unindo ele testemunha os seus soldados com aqueles fessercar o mato o que sendo percebido pelos pretos puseram se em defesa fazendo ele um carro de boi que serviu de carneta e como ele testemunha viu se armados de facas, facões e lanças e mais outras armas curtas, gritou-lhe que se entregassem não querendo ele ouvirem a isto, antes correndo sobre a tropa dele, testemunha ele, mandou fazer fogo conseguindo com isto dispersar-lhes e seguindo em seu alcance, prendendo a preta Zeferina a qual (*fim da página ilegível*).

[...]Zeferina depois de presa a qual, como já disse, estava com arco e flecha na mão, e instrumentos a entregasse, estas ferramentas designara para se reunir os pretos dispersados deixando ele testemunha ficar no mato o arco e trazendo a flecha a qual sendo-lhe mostrado o instrumento reconheceu seu próprio. Disse mais ele testemunha que três ou quatro dias depois daquele acontecimento indo rondar os Guardas da Soledade soube que na noite antecedente tinha sido ali conduzido um preto com umas navalhas de barba e umas facas, vinha pela estrada que vem dos Mattos do Cabula como dissera o Sargento (*fim da página ilegível*)<sup>3 4</sup>

Observa-se nestes documentos que Zeferina resistiu ao seu aprisionamento. Neste sentido, comungando com a documentação primária de Luís Luna (1976), no livro: “O negro na luta contra a escravidão”, conclui-se que Zeferina incentivava os seus companheiros, ao chamar à atenção dos soldados inimigos. Pode-se perceber a relevância desta mulher na liderança do quilombo do Urubu, pois os quilombolas a respeitavam, existindo uma espécie de código próprio de comunicação entre estes.

[...]no alcance dos pretos só prenderam a preta Zeferina a qual tinha na mão um arco e flecha, e bastante forcejou para seguir os pretos que se dispersaram, e acharam três pretos mortos e uma negra, alguns sacos de farinha e bolacha e perguntado se sabia afim para que os ditos pretos (*fim da página ilegível*);

[...]ajuda ou conselho respondeu que unicamente sabia por ter ouvido dizer a preta Zeferina que aqueles pretos estavam ali reunidos a espera de

<sup>3</sup> Optei por atualizar a escrita da documentação para facilitar a leitura e o entendimento.

<sup>4</sup> José Herculano Pereira Lisboa da Cunha. (APEBA, maço 2845, 1845, p. 40- 43).

outros que na noite do dia seguinte haviam de partir da cidade para depois de juntos vim para este mato sem senhores, mais não disse, sendo costume e assinou o seu juramento com uma cruz com o dito Ministro. Escrivão José Herculano Pereira Lisboa da Cunha;  
Paulino de Santana;  
José Ferreira Bastos pardo solteiro morador a rua da Agonia Soldado da Guarda da Polícia de idade vinte e seis anos jurou aos Santos Evangelhos.<sup>5</sup>

A referida documentação remete a alguns dados importantes, tanto sobre a liderança de Zeferina, como do próprio objetivo do Quilombo do Urubu, que era o aguardo pelos quilombolas de outros negros para realização de uma revolta.

É necessário enfatizar que Flávio dos Santos Gomes (2012, p. 7), ao introduzir a coletânea intitulada “Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação”, aponta que os estudos sobre a escravidão têm apresentado novas releituras, abrangendo temas, tais como: quilombos, alforrias, irmandades, revoltas escravas e famílias, aproximando-os das senzalas, dos cortiços, entendendo os discursos e a cultura material dos protagonistas da sociedade escravista.

Dentre esses estudos, destaca-se o de Cecília Moreira Soares (2012), “A negra na rua, outros conflitos”, no qual aborda os aspectos do cotidiano da mulher negra em Salvador no século XIX. Para isso, a historiadora descreve sobre as ganhadeiras,<sup>6</sup> sinalizando o papel destas trabalhadoras e dos muitos conflitos existentes na sua lida cotidiana. Soares faz uma discussão sobre o papel que era destinado às mulheres, ressaltando que a mulher negra, devido a sua condição de cativa, tornou-se mercadoria senhorial e que o cotidiano destas ocorria no mundo dos homens brancos, acabando por lhes impor regras e procedimentos que visavam a autoproteção e luta pela sobrevivência.

A autora utilizou autos de polícia para tentar fazer uma breve análise dos conflitos envolvendo mulheres negras, especificamente as ganhadeiras, mostrando como os discursos envolvendo tais figuras femininas foram construídos no universo patriarcal e branco, sendo importante percebê-los dentro desta dinâmica. Assim, quem elaborava esses documentos? No caso, autos da polícia. Com que intenção? A respeito deste estudo, utilizei fontes primárias<sup>7</sup>, inquéritos policiais e autos da polícia. Faz-se necessário pensar como eram esses interrogatórios e quem transcrevia essas falas. No caso da pesquisa, observei que os

<sup>5</sup> Perguntado pelo Auto de Devassa e Corpo. (APEBA, maço 2845, p. 46 e 47).

<sup>3</sup> As ganhadeiras eram mulheres negras que trabalhavam prestando serviços na rua ou no interior das residências. No caso, cativas eram alugadas por seus senhores; no caso das livres e libertas, trabalhavam por conta própria.

<sup>7</sup> Utilizei autos da devassa de 1826, maço 2845, contendo 110 depoimentos sobre a Devassa nesse mocambo.

depoimentos não foram dos quilombolas e sim de moradores próximos ao quilombo e de soldados.

A documentação oficial, na maioria das vezes, invisibilizou a participação das mulheres negras nos movimentos de resistência, sendo citadas apenas quando eram apreendidas ou em uma situação judicial. Por isso, é necessária a produção de novas pesquisas sobre as lutas e resistências das mulheres negras na sociedade escravista.

A partir da documentação sobre o Quilombo do Urubu, percebi que a maioria dos depoimentos versava sobre os soldados e o comando militar. Como pode ser percebido na citação abaixo, os homens e mulheres quilombolas apreendidos não foram escutados e sim, silenciados.

Antônio Ramos branco solteiro morador à Rua de São Pedro velho Soldado do Batalhão número quinze de idade dezesseis anos jurou aos Santos Evangelhos. Perguntado pelo Auto de Devassa disse que ele testemunha fora um dos soldados da tropa que acompanhou o Coronel Francisco da Costa Branco ao mato do Cabula para procurarem os negros que se devia estarem ali reunidos e armados e por ser já noite quando ali chegarão mandou o dito Coronel por cerco em todo o mato até que amanhecesse o dia depois do que buscando-se toda a mata achou um negro e uma negra morta e três casebres de negros tendo dentro deles várias coisas de dança como *(fim da página ilegível)*.<sup>8</sup>

Adriana Dantas Reis (2012), no texto: “Mulheres Afro-descendentes na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830)”, evidencia que, apesar de já está consolidada na historiografia a existência de uma hierarquização de gênero, nem sempre as relações de poder foram negativas para as mulheres. Pesquisas indicam que em relação aos homens, nas mesmas condições, as escravizadas se destacavam nas aquisições de alforrias e as libertas, na quantidade de bens.

Sílvia Maria Silva Barbosa (2003), na dissertação: “O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu”, trata sobre a liderança de Zeferina, tecendo uma trajetória histórica desse mocambo e afirmando que a escravidão atingiu mais diretamente as mulheres negras, pois essas eram vistas como objetos sexuais dos brancos. Escravas, infanticidas, sensuais, lascivas, imorais, sem religião, negadas ao direito à maternidade e a possibilidade de desenvolverem relações familiares, essas mulheres não eram vistas como seres humanos, apenas como objetos, uma vez que, durante todo o século XVIII, a prática da prostituição era muito comum,

---

<sup>8</sup> APEBA, Maço 2845, p. 58.

principalmente de mulheres negras as quais eram constantemente alugadas pelos senhores para o exercício dessa prática.

É compreensível que, para essas mulheres, a escravidão significava que o senhor era proprietário de sua força de trabalho e do seu corpo. No entanto, percebe-se que o uso do corpo e a sua manipulação eram importantes, na medida em que estas obtinham dadas regalias. Isso pode ser comprovado pela constatação de um número menor de fugas de mulheres do que de homens, já que elas conseguiam sobreviver mais facilmente no interior do próprio sistema escravista.

Exemplificando tal afirmação, Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2000), no artigo intitulado, “Uma Negra que fugio, E consta que já tem dous filhos: Fuga e Família entre escravos na Bahia”, demonstra que a ideia de se libertar do cativo sempre esteve na memória do escravizado. E as mulheres não fugiram desta regra. Apesar de João José Reis e Eduardo Silva (1989), apontarem que as mulheres escravizadas fugiam menos do que os homens, por conta dos laços que estabeleciam com as famílias e por conseguirem resistir mais facilmente ao contexto da escravidão, Isabel Reis comprova, por outro lado, que houve inúmeras fugas de mulheres escravizadas. Essas cativas, ao fugirem de seus senhores, buscavam novas alternativas de sobrevivência e muitas vezes, levavam os seus filhos, arriscando suas vidas e dificultando as fugas.

Muitas escravas, como Luiza, fugiram grávidas ou levando seus filhos, muitas vezes ainda pequeninos, a exemplo de Ana, escrava crioula, jovem, com apenas 16 anos de idade “pejada em véspera de parir”. (REIS, I. 1999, p. 31).

Conforme a autora, essas mulheres inconformadas com a sua condição escravista, apresentaram não somente um comportamento rebelde, mas, às vezes, audacioso, fugindo do cativo com seus filhos, ressaltando que a liberdade dos escravizados sempre esteve por um fio, pois havia uma rede de vigilância, como os jornais, a classe senhorial, setores livres da sociedade que denunciavam a presença de negros suspeitos. Albuquerque (2006), também evidencia essa questão em seu trabalho, ao enfatizar que os senhores denunciavam a fuga de seus cativos em jornais nos quais havia a descrição completa do indivíduo, física e vestimenta utilizada por estes.

A partir da análise da documentação utilizada para a elaboração deste trabalho, percebi o papel importante e a força de Zeferina no Quilombo do Urubu e de como havia concebido o plano de realizar uma revolta, ao aproveitar-se das datas comemorativas, como o Natal, momento em

que a vigilância estaria menos atenta, ratificando, assim, os estudos de Isabel Cristina Ferreira Reis, Walter Fraga Filho e Wlamyra Albuquerque no que diz respeito ao controle e vigilância senhorial dos escravizados. Assim sendo, os escravizados sabendo da rede de vigilância, optaram por fazer a revolta em dias festivos, quando provavelmente haveria muitas pessoas ocupando as ruas onde se misturavam, passando despercebidos.

[...] resistindo o mais que pôde a prisão, prendendo-se igualmente a uma preta cujo nome ele testemunha ignora o nome assim como o do senhor, a qual depois de presa confessou que esperavam mais pretos que haviam de ir da cidade para na véspera de Natal virem a cidade para matarem os pretos, digo matarem os brancos, disse mais que no dia vinte do corrente prenderam no dito sitio da campina a um preto cujo nome ignora e o do senhor o qual tinha um golpe na garganta e já cheio de bicho mas não era mortal e o entregaram ao mesmo Capitão Mandante e mais não disse sendo costume e assinou o seu juramento como o dito Ministro. Escrivão José Herculano Pereira Lisboa da Cunha.<sup>9</sup>

Michelle Perrot (2005), afirma que o silêncio sobre essas mulheres ao longo da construção da história foi proposital, visto que a própria historiografia ocidental tem tomado frequentemente como sujeito o homem branco, deixando a figura feminina à margem do processo histórico. Assim, de acordo com esta autora:

Aceitar conforma-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois, este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária. O corpo das mulheres, sua cabeça, seu rosto, devem às vezes ser cobertos e até mesmo velados. (PERROT, 2015, p. 10)

E Cecília Soares (2006, p. 17), enfatiza que os estudos sobre a escravidão obscurecem o cotidiano da mulher negra e privilegiam principalmente os do homem branco, apontando que, embora numerosos, os documentos ainda fazem referência à mulher negra como produto da mentalidade de homens em uma sociedade patriarcal. “A mulher é descrita a partir de idealização do papel feminino no século XIX e, particularmente a negra, de acordo com a categoria social que condiciona seu lugar na sociedade”.

A autora ainda sinaliza que a maioria dessas mulheres ficou no anonimato, no entanto, houve quem marcasse o seu lugar na sociedade, trilhando a trajetória de alforria e ascensão social, superando obstáculos, personificando modelos de resistência e independência em um universo patriarcal e escravista. E, nesse caso, selecionei Zeferina como uma referência. Na

---

<sup>9</sup> APEBA, Maço 2845, p. 72.

transcrição abaixo, fica evidente a resistência de Zeferina à prisão e de como havia organizado uma revolta, ao ser mostrada uma articulação entre a população negra.

[...] de Delito a ele juntos disse que ele testemunha de um dos Soldados que acompanhou o Ajudante D. João Baltasar da Silveira para irem prender os negros que contara estarem armados, e reunidos nos matos do Cabula o quais chegando em caminho teve notícia o mesmo Ajudante que os negros estavam reunidos no lugar denominado Urubu em grande número e igualmente pretas, encontrando em caminho um Capitão do Mato e dois crioulos bastantes feridos cujos nomes ele testemunha ignora os quais disseram que aqueles ferimentos foram feitos pelos referidos pretos e com esta notícia foram em seguimento dos pretos e foram descobertos em uma baixa do ponto do Urubu onde se acharam um Sargento e doze Soldados (*fim da página ilegível*).

[...] testemunha fez o Ajudante cercar o mato o que sendo percebido pelos pretos lançaram mão das armas que tinham como facas, foices, fação lazarinas, e lanças e outras armas curtas e do toque de um corno de boi que servia de corneta se puseram em resistência, e gritando-lhe o ajudante que se entregassem não quiseram ouvir cujo antes gritavam morra branco e viva negro, investindo para a tropa do que resultou mandar o Ajudante fazer lhe fogo com o qual se dispersaram podendo prender unicamente a preta Zeferina que custou bastante a entregar-se a prisão, e depois acharam três pretos mortos e uma negra alguns sacos de farinha e bolacha e depois disto (ilegível) perguntado (*fim da página ilegível*)

[...] e armado, e quem para cujo tinha dado ajuda ou conselho respondendo que nada sabia e somente ouvia dizer a mesma preta Zeferina que naquele dia dezessete do corrente esperavam pelos pretos nagôs que estavam nessa cidade para virem dela matar os brancos, e mais não disse, e sendo costume e assinou seu juramento com o dito Ministro. Escrivão José Herculano Pereira Lisboa da Cunha.

José Ferreira Bastos

João Bernardo Vieira Topázio, branco solteiro morador a Rua das Mercês, Primeiro Sargento do Batalhão número quinze de idade vinte e nove anos jurou aos Santos Evangelhos

Perguntado pelo Auto de Devassa e Corpo de Delito a ele juntos (*fim da página ilegível*).<sup>10</sup>

Peter Burke (1992), afirma que é fundamental relermos alguns tipos de registros oficiais sob novas óticas, pois, retratar o socialmente invisível ou ouvir o inarticulado, é uma tarefa mais difícil do que em geral se pensa. Mas, para entendermos as relações sociais estabelecidas neste período colonial, bem como na história brasileira, é necessário proporcionar visibilidade a esses sujeitos históricos, especialmente às mulheres negras, neste caso, às quilombolas.

---

<sup>10</sup> Maço, 2845, pag. 48 a 50.

Dar visibilidade às mulheres negras na historiografia oficial é, também, uma premissa de Jim Sharpe (1992), no estudo “História Vista por Baixo”, no qual ressalta a perspectiva de escrever a história, explorando as experiências históricas de mulheres e homens cuja existência é ignorada. Para isso, faz um breve panorama discutindo obras e autores que tratam desta questão como, Thompson, Hobsbawm, Le Roy Ladurie, Ginzburg e as cartas de William Wheeler que relatam a batalha de Waterloo, vista sob o seu ponto de vista. O autor discorre sobre os problemas identificados na escrita desse tipo de história, devido à dificuldade em encontrar fontes. A “História Vista por Baixo” possibilita o uso de outros registros oficiais. Sharpe ainda assinala que, mesmo a documentação sendo escassa, dispersa e obscura, pode ser bem utilizada.

Outro aspecto abordado por Sharpe é acreditar que a História “Vista por Baixo” pode reintegrar sua história aos grupos sociais que podem pensar tê-la perdido ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história, provendo um sentido de identidade, desempenhando, assim, um papel importante no processo da identidade nacional, pois promove a recordação de que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais.

Tomando como base a “História Vista por Baixo”, ressalto que esta pesquisa se adequa muito bem às experiências históricas de Zeferina e de outras mulheres quilombolas que, até então, estavam ignoradas, possibilitando um regaste da memória social, desconstruindo a ideia da identidade nacional formada apenas por célebres homens.

Importante salientar que os movimentos de rebeldia eram vistos como problemas para à sociedade da época. A história vista por baixo sinaliza que esses personagens eram, antes de tudo, agentes históricos cujas ações afetaram o mundo onde viviam. É a partir dessa abordagem histórica, que o estudo se debruça, ao possibilitar, a partir da liderança de Zeferina no Quilombo do Urubu, entender a dinâmica dos quilombos, tendo como pano de fundo os movimentos de resistência escrava.

Segundo Kabengele Munanga (2006), no texto: “O negro no Brasil de hoje”, não existem registros sobre as mulheres envolvidas em atividades militares, mas algumas figuras femininas assumiram importância política no quilombo dos Palmares, como, por exemplo, Acotirene<sup>11</sup>, uma mulher que liderou um quilombo.

---

<sup>11</sup>Acotirene foi uma matriarca do Quilombo do Palmares, exercia a função de mãe e conselheiras dos/as primeiros/as negros/as refugiados na Cerca Real dos Macacos. Era consultada para todos os assuntos, desde questões familiares até questões político-militares.

O resgate e participação dessas mulheres nos quilombos e movimentos de resistência escrava é um trabalho muito difícil e minucioso, pois é necessário rever as documentações nas suas entrelinhas, observando dados que não eram considerados relevantes. Conforme Michelle Perrot (2005), apesar dos arquivos públicos serem exclusivamente masculinos, uma vez que os documentos oficiais foram elaborados por homens, deixando a mulher silenciada, estas acabaram se articulando de tal forma que o próprio silenciar tornou-se simplesmente resistência. Os documentos oficiais somente tratam delas quando participam de algum movimento que tenta subverter a ordem vigente ou se inquietam.

[...] olhar de homem sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres. É preciso, todavia, não esquecer as mulheres, entre todos estes homens que sós, vociferavam, clamavam o que haviam feito ou que sonhavam fazer. Fala-se muito deles. O que se sabe delas? (PERROT, 2005, p. 35)

No caso do quilombo do Urubu, percebe-se, na documentação pesquisada, uma significativa presença feminina na qual, numa dada expedição militar ao mocambo, foram capturadas algumas negras, deixando notória a participação das quilombolas na organização social desse mocambo.

[...] negros que junto se achassem assim o executei e nelas achei quinze negros e sete negras que são os seguintes = Antônio escravo de Sabino Vieira = Conrado de Luiz Ramos = Camillo de Joaquim da Rocha = André do Capitão Felipe = Joaquim de Antônio Gomes = João Forro = Roque escravo de D. Maia Constância = Tabé de Antônio Coelho = Victoriano de Faustino = Rafael de Manoel Antônio dos Santos = Mathias do Coronel Francisco Jose de Mattos = Ignácio que não sabe o nome do senhor = Paulo de Antônio Coelho = Joaquim Duarte Forro = Serino do Padre João = Ignácio do Tesoureiro das Tulhas = Felícia de Joaquina de Araújo = Arinna Pires forra = Henriqueta de Andrade Caetano da Costa = Claudiano do Ministro Francisco de Tal = Angélica de Bernardina de tal = Joana de Francisco Pereira = Angélica de B. José Fernandes e mais um tabaque e sendo esse nessa mesma ocasião denunciados que na rua da Praça (*ilegível*) existia um casebre com grande número de negros (*fim de página ilegível*) Pires, escravo do Barão de Pirajá = José de Maria Portugal = Vicente do Padre Luís Dias = Antônio do mesmo senhor = Caetano de Joaquim Roza = José de Antônio Machado = Geraldo de Domingos dos Santos = Antônio de Manoel Gomes = Soco de Jose Sial = Bartolomeu Gonçalves, pardo forro e casado com a parda forra Joaquina Rodrigues = Mariana Felix preta forra = Maria de (*ilegível*) escravo da Misericórdia = Joaquina Isabel da mesma Santa Casa = Josefa (brigado) Manoel Pedro e Lemos forro = e mais um chapéu de sol grande e coberto com panos de diferentes cores tendo em cima uma figura com chifre, uma arma com vareta e feixes, um ferro de ponta com 4 palmos e meio de comprimento, uma faca de ponta grande e outras flamengas, uma Palma couro cru com 8 cartuxos feitos de madeira cheio de pólvora e vários instrumentos de dança o que fiz conduzir para este Quartel como me cumpria.

Quartel da Policia da Bahia, 17 de dezembro de 1826; Jose da Costa (ilegível) = Alferes (Fim da página ilegível).<sup>12</sup>

Heitor Frisotti (1997), no texto “Comunidade negra, evangelização e ecuminismo”, evidencia que houve grande participação de mulheres nas lutas quilombolas, destacando que há notícias de quilombos formados apenas por mulheres, como o chefiado por Felipa Maria Aranha na região Amazônica. Contudo, este autor argumenta que, na maioria das vezes, elas estiveram lado a lado com os homens ou também assumindo lideranças de alguns quilombos. O autor retrata que, ao lado de figuras lendárias como Aquatune, princesa no Congo e mãe de Ganga Zumba, em Palmares, está Tereza, rainha do quilombo de Quariterê, em Minas Gerais. Há, também, Mariana crioula, rainha do quilombo liderado por Manuel Congo, perto de Vassouras, Rio de Janeiro e Zeferina que foi capturada de arco e flecha na mão, em Salvador, no começo do século XIX.

Na documentação analisada, ressalto que, após a devassa no quilombo do Urubu, Zeferina e alguns companheiros foram detidos pelo comando da polícia de Pirajá.

[...] e no mesmo dia mês e ano declarado fiz esta Devassa condena ao dito Ministro e para constar fiz este termo eu Jose Herculano Pereira da Cunha.

Obrigam a prisão e livremente a preta Zeferina escrava, os pretos Germano escravo de João José de Santos, o preto escravo de Francisco Antônio Mascarenhas constante da portaria N 8 e cujo nome o escrivão indagara Paulo escravo de José soares, Jose escravo de capão Jose Correa, o preto escravo de José Pereira Leite, de que trata o officio N16 e cujo nome o escrivão indagara, e a Antônio de tal pardo: o escrivão lance seu nome no rol dos culpados e, e os recomende nos lugares onde se acham sendo lhes a nota ordenada na constituição os partira das ordens de prisão e descritas na devassa; Bahia 10 de janeiro de 1827.<sup>13</sup>

Dessa forma, percebi que, apesar dos avanços da historiografia em resgatar a história das mulheres negras na escravidão, ainda há poucos estudos no que diz respeito à participação delas nos movimentos de resistência, o que vai sendo reproduzido nos manuais didáticos de história.

---

<sup>12</sup> APEBA, maço 2845, p. 17 e 18.

<sup>13</sup> APEBA, maço 2845, p. 116.

## 2.2. O Silêncio da Mulher Quilombola nos Livros Didáticos

A partir da tomada de consciência da realidade apresentada sobre a presença da mulher negra na história oficial, percebo que nossos instrumentos de trabalho na escola e sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais, apresentam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental.

Kabengele Munanga (2005), sinaliza que todos ou, pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra, quando é contada no livro didático, apresenta-se apenas sob o ponto de vista dos conquistadores, dominadores, exploradores, das elites políticas e econômicas, seguindo uma ótica humilhante e pouco humana sobre os povos subjugados. Como escreveu o historiador Joseph Ki-Zerbo (2001), “um povo sem história é como um indivíduo sem memória, um eterno errante” (p.18). Essa questão é ainda mais agravante no que diz respeito à mulher negra e quilombola.

Neste sentido, Ana Maria Monteiro (2014), no texto: “A Revolta dos Malês nos livros didáticos de História e a Lei 10639/03”, procura investigar os pontos de tensão presentes no campo da História e Educação, a partir da análise da Revolta dos Malês nos livros didáticos. Para isso, utiliza-se das contribuições teóricas da epistemologia social escolar que considera a problemática da construção dos saberes circundantes no contexto da escola.

A referente autora tece discussões acerca da produção do conhecimento histórico a respeito da criação e recriação de narrativas, como, por exemplo a Revolta dos Malês, tendo enquanto pano de fundo a lei 10639/03, ressaltando que o tema possibilitará levar para a sala de aula outras narrativas a respeito da presença negra no Brasil. Sob esta perspectiva, acredito ser importante trazer à tona outras vozes, como a de Zeferina.

Monteiro sublinha que esse apagamento do Levante nos livros didáticos é fruto do desejo de uma classe dominante que busca evitar a exaltação e proliferação de movimentos contestadores, com o intuito de manter a ordem social, ou seja, não se constitui uma boa história a ser propagada.

Jorn Cerri (2011), no texto: “Consequências para a prática do profissional de história”, aborda que o ensino de história vem sendo um mecanismo de produção e reprodução da identidade nacional, reforçando a política do Estado. Assim, tanto a Revolta dos Malês, como

o Quilombo do Urubu ou a figura de Zeferina seriam considerados símbolos da representação do nacional.

Coadunando com Cerri, Thais Nívia de Lima e Fonseca (2011), evidenciam que os livros didáticos e o civismo atuam como mediadores entre as concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte integrante da manutenção de determinadas visões de mundo e de história. Observo que os manuais didáticos têm fortalecido a permanência dos discursos fundadores da nacionalidade que não inserem a figura do homem e da mulher negra.

Letícia Thaynã de Queiroz Alves e Renata Leidiane Oliveira Maia (2016), no artigo: “A mulher negra no livro didático” mostram que, fazer referência à mulher negra escrava, é penetrar no universo de quem viveu a experiência de ter tido sua identidade apagada. Porém, ressaltam que nem só de tiranias e submissão era composto o cotidiano das mulheres escravizadas, pois sinaliza a movimentação destas em seus espaços sociais, negociando, exigindo seus direitos e construindo suas redes de solidariedade, bem como organizando fugas para os quilombos.

As autoras enfatizam a existência de várias mulheres negras que fizeram parte da história da resistência escrava, como: Dandara dos Palmares, esposa de Zumbi dos Palmares, grande líder quilombola que, assim como Zumbi, era guerreira e liderou homens e mulheres contra a dominação escrava. Outra mulher de destaque foi Luíza Mahim, trazida à Bahia pelo tráfico de escravos, desempenhou importante papel na Revolta dos Malês, última grande revolta de escravos ocorrida em Salvador (1835).

João José Reis (1986), no livro “Rebelião Escrava no Brasil”, retoma a discussão sobre a participação de Luísa Mahim no movimento dos Malês, ao explicitar que, apesar de alguns autores, como Arthur Ramos e Pedro Calmon (1933), evidenciarem a participação de Mahim na rebelião, Reis aponta que não há nenhum documento pesquisado por ele que comprove a presença desta mulher nos eventos de 1835. No entanto, é importante questionar se o documento é a única forma de legitimar a trajetória de uma pessoa, visto que a memória de Luísa Mahim se faz presente até hoje. É necessário pensar quem fazia a documentação da época.

Conforme Aline Najara da Silva Gonçalves (2009), os estudos sobre Luisa Mahim baseiam-se na carta escrita por Luiz Gama que é o primeiro e único registro com valor documental em que o nome dela aparece.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. (GONÇALVES, 2009, p. 5)

Na carta, percebi informações importantes sobre a figura de Luisa Mahim, o que talvez explique a permanência de sua imagem na memória viva do povo brasileiro, principalmente da população negra que almeja trazer referenciais positivos para recontar sua história que durante muito tempo foi pautada pelo olhar do colonizador.

Sinalizo, também, que muitos outros nomes ainda permanecem no esquecimento, mesmo quando se fala de movimento de resistência, geralmente os estudos enfocam a Revolta dos Malês e o quilombo dos Palmares. É pertinente ampliar este olhar para os outros quilombos e figuras importantes como, Zeferina, Tereza de Benguela e tantas outras mulheres que protagonizaram um comportamento altamente transgressor em suas lidas cotidianas, insurgindo-se, de várias formas, contra um sistema opressor.

Segundo Luiza Rios Ricci Volpato (1988), no artigo “Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira”, o quilombo de Quariterê era habitado por mais de cem pessoas; sendo 79 negros (entre homens e mulheres) e cerca de trinta índios. Segundo relatos da época, nesse mocambo, recorriam à metáfora realeza, tendo uma rainha que era chamada Thereza.

João José Reis e Eduardo Silva (1989), no livro: “Negociação e Conflito”, apontam a participação de mulheres e índios nos quilombos, comprovando que o quilombo do Buraco do Tatu<sup>14</sup> sobrevivia de pequenos assaltos, como também sequestravam mulheres. Observo, desta

---

<sup>14</sup> Localizava-se em Itapuã, foi fundado no ano de 1744 e permaneceu resistente até 1763.

forma, que os manuais didáticos não apontam sobre a diversidade étnica e de gênero existentes nos quilombos, como demonstram tais estudos.

Alves e Maia (2016), assinalam que o livro didático é um valioso recurso para o acesso à cultura e desenvolvimento da Educação e, em muitos casos, é o único livro que as crianças e jovens têm contato. No entanto, é constantemente alvo de críticas, pois tem se revelado como um instrumento a serviço da ideologia e perpetuação de ensino tradicional (elitista, eurocêntrico, excludente das populações negras e ameríndias), além da deficiência de conteúdo, principalmente quando o assunto se refere à mulher negra.

Reconheço as ausências contidas nos livros didáticos a respeito de alguns temas e personagens. Contudo este instrumento didático é ainda o principal recurso utilizado pelos professores. As autoras comprovam essa questão, retratando que a importância atribuída ao livro didático em toda a sociedade, faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina. E por que não ensinar sobre as agências e protagonismos das mulheres negras?

Ao longo das leituras, observei que não há interesse em ensinar sobre a mulher negra, mesmo havendo estudos que demonstrem a sua importante participação, bem como histórias de luta na construção do Brasil. Isso se deve ao fato de como foi estruturada a sociedade brasileira, pautada no patriarcalismo e racismo na qual se definiu o lugar a ser ocupado pelas mulheres, principalmente o das mulheres negras.

Nesta perspectiva, Andréa Mazurok Schactae (2013), no artigo: “Mulheres guerreiras: gênero e guerreiras-gênero e ideal de feminilidade na biografia da cubana Célia Sanchez”, procura discutir sobre a construção dos símbolos nacionais, informando que, embora os heróis sejam vinculados à masculinidade, tendem a ser representações de um ideal de guerreiro, enquanto os símbolos femininos são representações da maternidade e da santidade. Schactae busca, então, analisar o ideal de feminilidade, apresentando um estudo sobre a heroína revolucionária, Célia Sánchez Manduley, em Cuba. A autora destaca que o ingresso de mulheres como agentes permanentes de instituições armadas é algo recente. No entanto, reconhece que essas tiveram grande participação ao longo da história, indicando que, para serem concebidas como heroínas nacionais, precisaram se apropriar de alguns elementos masculinos, como vestimentas.

Schactae (2013), demonstra que as heroínas e os símbolos nacionais femininos se constituem em reprodutores de um ideal de feminilidade que contribui para legitimar a masculinidade hegemônica das construções simbólicas. Ao se construir as heroínas como modelos de mãe, esposa e santas, e os heróis como militares e guerreiros, estabelece-se uma diferença na qual as virtudes construídas como identificadoras da masculinidade hegemônica são percebidas como superiores às identificadoras da feminilidade e as outras masculinidades. Isso pode explicar o porquê do silenciamento de figuras como Zeferina, Tereza do Benguela<sup>15</sup> e tantas outras mulheres que ficaram no anonimato. Pensando a partir desta perspectiva, percebo que estas mulheres foram silenciadas pela cultura patriarcalista, elitista, machista e racista da sociedade brasileira que acabou por refletir na produção do conhecimento sobre a história do nosso país.

E, ainda, segundo Schactae (2013), a contradição, que se constitui a presença de mulheres no espaço da guerra, permite significar o esquecimento da participação do sexo feminino em combates, pois é um indicativo da necessidade de confirmar o poder masculino neste espaço simbólico. O mesmo ocorre com os quilombos que são considerados locais masculinizados. Nos autos da devassa de 1826, observei, claramente, tal questão, pois as mulheres participaram, de forma ativa, nestes espaços de resistência negra:

*(início da página ilegível)* resistência e mandando o dito ajudante que se entregassem e não quiseram ouvir antes gritaram morra (tendo/sendo) de que resultou o dito ajudante fazer lhe fogo com o que se dispersaram prendendo somente a uma preta cujo nome ignora a qual tinha consigo um pouco de farinha em um pano sem que teria arma alguma sendo certo que ele testemunha ouvira dizer a outro camaradas que havia morto a uma preta cujo nome ele ignora a qual tinha na mão um arco e flecha e mais não disse sendo costume e assinou o juramento como o dito Ministro. Escrivão José Herculano Pereira Lisboa da Cunha.  
Jose Rodrigues Antônio.<sup>16</sup>

Ao tratar dos movimentos de resistência, identifiquei que os livros didáticos costumam dar ênfase aos movimentos nacionalistas, ressaltando, principalmente, a “Inconfidência Mineira” e a “Conjuração Baiana”, negligenciando, assim, tantos outros movimentos que tiveram importância no contexto da época. Neste sentido, enfatizo a necessidade de se discutir as ausências contidas nos livros didáticos da Educação Básica, especificamente, no Ensino Fundamental II, sobre os quilombos. Quando estes são vislumbrados nos manuais didáticos,

---

<sup>15</sup>Foi líder do Quilombo de Quariterêre, localizado no atual estado de Mato Grosso, no século XVIII. Foi esposa de José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho.

<sup>16</sup> APEBA, Maço 2845, p. 121.

são postos de maneira genérica, tendo como única referência a experiência do quilombo dos Palmares, embora que já dispomos de várias discussões bem específicas sobre o assunto, a exemplo daquelas apresentadas na obra: “Liberdade por um fio”, organizada por João José Reis e Flávio Gomes.

É importante compreender que a construção de uma identidade está em constante mudança. Assim, enquanto elemento mutante e relacional, sua construção ocorre paulatinamente. Neste sentido, a escola influencia diretamente na formação da identidade de uma criança, e para que ela possa se auto afirmar negra sem sentir um mal-estar ou vergonha de si mesma ou da sua ancestralidade, é preciso que seja ensinado nas escolas, sem mitificações, valores positivos da cultura afro-brasileira e da importância dos negros na construção do país, positivando sua imagem principalmente, a da mulher negra.

Desta maneira, percebe-se que os livros didáticos exercem papel fundamental no processo de construção de uma identidade nacional, reforçando ou desconstruindo estereótipos, devendo oportunizar o direito à voz de personagens antes ausentes, como das mulheres quilombolas. A elaboração do livro paradidático propiciará elementos positivos para que o docente possa trabalhar em sala de aula de forma a minimizar práticas racistas presentes neste espaço.

### **2.3. A Análise do Livro Didático: o lugar das mulheres quilombolas**

Por um longo período da historiografia oficial brasileira, o estudo sobre os mocambos brasileiros se constituíram a partir da figura de Zumbi e de Ganga Zumba dos Palmares, promovendo a invisibilidade de outros personagens atuantes nestes movimentos de resistência. Tais ausências ou vozes silenciadas podem ser constatadas tanto na historiografia, como nos livros didáticos.

Desta forma, Oliveira (2016), sinaliza que, para entendermos as contribuições do continente africano para a formação histórica do povo brasileiro, é necessário investigar como seus povos vêm sendo representados nos livros didáticos. Para isso, remeto-me à análise dos livros didáticos de História da Educação Fundamental II, com o intuito de perceber como tratam da temática, observando as narrativas históricas construídas sobre os Quilombos e as mulheres

quilombolas. Como recorte metodológico, optei por selecionar livros desta modalidade de ensino, utilizando manuais nos quais estabeleço os seguintes critérios de análise:

- Livros com recorte cronológico de 2005 até 2016.
- Os livros selecionados referem-se aos quilombos;
- Como os quilombos são representados nesses livros?
- Os livros abordam sobre o quilombo do Urubu?
- Os livros didáticos escolhidos tratam sobre a participação feminina nos quilombos?

Saliento que a escolha pela periodização dos livros didáticos ocorreu devido a coleta de informações destes produzida após a implementação da Lei 10.639/03, no intuito de verificar se os mesmos modificaram ou não seus discursos em relação às mulheres negras, principalmente, às quilombolas.

No livro didático: “Saber e Fazer História”, de Gilberto Cotrim (2005), a escravidão é abordada, evidenciando as formas de resistência escrava, tratando a respeito do papel das mulheres negras neste processo.

Os escravos reagiam contra a escravidão de diversas maneiras. Algumas mulheres, por exemplo, provocavam abortos para evitar o sofrimento futuro do filho. Outros cativos chegaram a praticar o suicídio, enforcando-se ou envenenando-se. (COTRIM, 2005, p. 161)

A discussão apresentada por Cotrim deixa evidente a influência dos estudos revisionistas da escravidão que demonstram a participação ativa dos escravizados, desconstruindo, assim, a imagem de vitimização. Desta forma, o autor ressalta as formas de resistência, tais como, as fugas individuais e coletivas, rebeliões, sabotagens, quilombos e a própria negociação, trazendo os estudos de João José Reis, bem como Eduardo Silva.

Ao tratar dos mocambos, o autor evidencia a existência de estudos nesta área temática que destacam a diversidade étnica presente nestes locais. No entanto, ele se limita a analisar o Quilombo dos Palmares e Zumbi, não fazendo referência à participação das mulheres quilombolas. Ele, também, tece comentários sobre as relações comerciais estabelecidas entre os quilombos e a sociedade escravocrata, comungando, desta forma, com os estudos de Flávio Gomes.

Eram comunidades muitas vezes de difícil acesso, nas quais os africanos foragidos se reuniam para criar condições necessárias para viver em liberdade. Por inúmeras vezes, chegavam mesmo a mostrar uma produção suficiente para ser negociada nas propriedades rurais e nas vilas próximas. (COTRIM, 2005, p. 80)

Ainda que o livro apresente alguns avanços nas discussões sobre quilombos e movimentos de resistência, percebe-se que ainda exhibe velhos modelos, já que apenas trata do Quilombo de Palmares e não mostra a participação das mulheres quilombolas em tais espaços.

O livro: “Vontade de Saber História”, ao abordar sobre a escravidão, trata das diversas formas de resistência, dando enfoque as fugas e quilombos e se resume a descrever sobre Palmares, não aprofundando a discussão, nem indicando outros mocambos existentes no Brasil.

O autor não faz menção a participação das mulheres quilombolas, nem destaca a diversidade étnica existente nesses locais, apenas apresenta um box sobre a Rainha Nzinga Mbande.

Jinga Mbande foi uma rainha do Ndongo, atual região da Angola, na África. Ela viveu no século XVII, período de expansão do comércio Atlântico de escravos entre Portugal e África. (PELLEGRINI, 2005, p. 241)

Já no livro: “Por Dentro da História” de Pedro Santana (2006), expõe-se uma discussão sobre Resistência escrava, mas de maneira simplificada, mostrando alguns tipos de resistências, como fugas individuais e coletivas, as sabotagens, rebeliões, atribuindo ênfase à ação dos quilombos.

Ao tratar deste assunto, Santana informa sobre a presença de inúmeras dessas comunidades, ressaltando Palmares e a figura de Zumbi, entretanto não aborda sobre a participação das mulheres quilombolas, nem das mulheres negras no processo da resistência escrava, apenas apresenta imagens destas últimas na condição de cativas, sendo retratadas de forma submissa e inferior ou expressar no sentido de evidenciar suas participações nos festejos realizados pelos escravizados.

Em: “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior (2009), discorre-se sobre o trabalho escravo, expondo o papel de homens e mulheres escravizadas, afirmando que nenhum grupo humano aceitou ser escravizado. Este autor elucida as diversas maneiras de resistência escrava, ao apontar a capoeira, as fugas, os suicídios, as sabotagens, os quilombos e a negociação. Além disso, o referido autor exhibe um mapa sobre os principais quilombos do Brasil, mas somente explicita a história do Quilombo dos Palmares, enfocando a figura de

Zumbi. Neste sentido, será que a ausência da história de outros quilombos deu-se pelas poucas produções historiográficas existentes ou não se considerou relevante abordar sobre essa temática. Boulos, também, faz alusão aos remanescentes de quilombos e sua luta por reconhecimento.

Saliento, do mesmo modo, que a iconografia expressa no livro apresenta as mulheres negras na condição servil, de submissão e inferioridade, o que pode reforçar estereótipos construídos a respeito da figura da mulher negra. (Ver Anexos)

O livro: “Leitura de História”, Oldinei Cardoso (2012), dedica um capítulo para tratar da escravidão, especificando as diversas formas de resistência e enfocando os quilombos. No entanto, ao abordar sobre estes, remete-se apenas ao quilombo dos Palmares e a figura de Zumbi, não apresentando referências à participação das quilombolas, nem mostrando a existência de outros quilombos. O autor analisa a Revolta dos Malês e a importância deste movimento para o contexto local e traz indicações sobre a luta das mulheres negras, bem como exibe um box sobre Luíza Mahim. Entretanto, observei que as imagens disponibilizadas no livro situam as mulheres negras numa posição de subalternidade e inferioridade, como amas de leite ou servindo ao seu senhor.

Cardoso apresenta, em outro momento, uma contextualização das comunidades remanescentes de quilombos, conceituando-as e, também, descrevendo suas lutas, no cenário brasileiro, pelo reconhecimento legal.

O livro: “História” de Denise Mattos Marino e Léo Stampaccho, (2012), discorre em um capítulo intitulado: “O Purgatório da Terra-Entre Correntes e açoites”, sobre o papel do senhor de engenho, o trabalho no engenho colonial, expondo a dicotomia senhor x escravo. Ao tratar sobre resistência escrava, informa a respeito das fugas, dos suicídios, das rebeliões e enfatiza o Quilombo dos Palmares.

Tais autores esclarecem que os quilombos não eram redutos exclusivos de escravos fugidos, sendo compostos por africanos, índios e, em menor número, por brancos pobres, corroborando, desta forma, com os novos estudos que ressaltam a diversidade étnica existente nos mocambos brasileiros. Eles destacam, também, que o Quilombo dos Palmares era temido pelas autoridades, devido sua estrutura e organização.

É importante informar neste trabalho que a pesquisa documental realizada na APEBA, levou-me a identificar que, após Palmares, a sociedade escravocrata passou a ter uma certa desconfiança frente aos mocambos.

Neste livro de Marino e Stampaccho, fica evidente a existência de outros quilombos, contudo os autores se limitaram a apenas citar o de Palmares e nem salientaram sobre a participação feminina nesse movimento de resistência. A partir das ilustrações, constatei que os escravizados estão retratados na condição de submissão e vitimização, aparecendo em imagens ligadas a cenas de tortura. Em tal contexto está disposta a imagem de uma escravizada, amordaçada, tendo por nome Anastácia. No entanto, não há nem um box sequer que contextualize a sua história, o que pode conduzir o educando a reproduzir os estereótipos presentes sobre a figura da mulher negra, ao invés de desconstruí-los. (Ver anexo).

Ronaldo Vainfas (2015), em: “História e Documentos”, explana sobre o processo de colonização do Brasil, remetendo à economia canavieira. No entanto, não trata das formas de resistência. E, no capítulo 4, ao abordar sobre a invasão holandesa, faz referências ao quilombo dos Palmares e sua localização, bem como o papel de Zumbi neste mocambo. Contudo não faz nenhuma referência a participação da mulher quilombola neste espaço.

Durante esse período, o tráfico de escravos aumentou muita e, com ela, a formação de quilombos. O mais importante foi o que se fixou no atual estado de Alagoas, na Serra da Barriga, o quilombo dos Palmares. (VAINFAS, 2015, p. 58)

O autor atribui maior relevância a Palmares em detrimento de outros quilombos. No entanto, a nova historiografia aponta que estas comunidades tiveram grande importância para a compreensão do processo de resistência escrava no Brasil. Assim, percebo que, apesar de Palmares ter sido tomado por muito tempo como modelo para o entendimento dos quilombos, a compreensão destes não pode se restringir apenas a tal imagem.

Ao tratar sobre Palmares, Vainfas expõe a respeito do papel de Zanga Zumba e Zumbi, mas não se reporta às mulheres, nem mesmo à figura de Acotirene, que já aparece em produções acadêmicas. “Liderados por Zumbi, os quilombolas lutaram até o final. Palmares foi destruído em 1665 e sua população foi massacrada”. (VAINFAS, 2015, p. 73).

Vainfas evidencia, também, que no período regencial houve movimentos que contaram com a participação de escravos, como a Revolta dos Malês, a Revolta de Manuel Congo, a

Revolta das Carrancas. Contudo, ele se restringe apenas a descrever a presença da figura masculina nestes.

Outra produção analisada, o livro “História nos dias de hoje”, organizado por Flávio de campos (2015) e produzido por vários autores, menciona a resistência escrava num tópico intitulado: “Resistência à Escravidão”, relatando as várias formas de resistência, como as irmandades e associações religiosas, afirmando os laços de solidariedade entre os escravizados, comungando assim, com os estudos de Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho.

Além disso, este livro trata da resistência cultural, como a capoeira e outras formas de resistência individuais, a exemplo de roubos, assassinatos, banzos, suicídios e sabotagens e, do mesmo modo, da resistência coletiva, como os quilombos que são retratados como um meio eficiente de combate à escravidão. No entanto, observo que os novos estudos sobre escravidão, como o de Reis, Silva e Gomes demonstram que muitos mocambos coexistiram com a sociedade escravocrata, ou seja, não a combateram diretamente e que esta temia as revoltas e não os quilombos em si.

Os autores destacam, também, a definição dos grupos remanescentes de quilombos, ao descreverem as leis que tratam desse assunto: “Na Constituição Federal Brasileira de 1988 constam dois artigos que se lê o termo quilombos”. (CAMPOS, 2015, p. 256). Ao fazer referência aos mocambos, a obra discorre apenas sobre Palmares e não informa a respeito da presença de outros.

A partir da análise dos manuais didáticos selecionados, verifiquei que, apesar de alguns deles abordarem a participação das mulheres negras no processo de resistência escrava, ainda as silenciam, ao não citarem as quilombolas. Dos 7 livros analisados, nenhum deles remete a essa questão. Ficando evidente que ainda há poucos estudos sobre gênero e quilombos e isso se reflete nas produções didáticas da Educação Básica.

#### **2.4. A Lei 10.639/03 e os Livros Paradidáticos**

Mírian Cristina de Moura Garrido (2009), expõe no texto “Políticas Públicas, Mercado Editorial e a 10.639/03: uma análise que insere livros didáticos”, que a conquista da Lei 10.639/03 pela militância negra reporta à necessidade de reformulações no ensino e, por conseguinte, mudanças no livro didático, objeto privilegiado dentro das políticas públicas

educacionais. O estudo corrobora no sentido de divulgar um material que complementarás essas ausências presentes nos manuais didáticos.

A autora atesta que as avaliações sistemáticas do PNLD significaram uma melhora física e de conteúdo dos livros didáticos. Entretanto, no que se refere à incorporação da História da África e dos afro-descendentes, ainda presencio limitações. Devido a isto, observo que há necessidade de se produzir materiais didáticos que possam contribuir com as discussões sobre o referente continente e a diáspora.

E, para Esmeralda Vailati e Pinto Negrão (1990), no livro: “De olho no preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças”, há uma relação entre o conhecimento adquirido, através dos estudos acadêmicos sobre as discriminações e preconceitos veiculados pelos livros didáticos e paradidáticos e o cotidiano dos professores. Ela, assim, ressalta que a discriminação e preconceito estão presentes nas representações do negro.

A autora explicita que o preconceito nos livros didáticos aparece camuflado. E é nesse sentido que o guia subsidiará professores para que possam identificá-lo, pois a captação dos estereótipos implícitos depende do tipo de metodologia utilizada pela pesquisa. Especificamente, no que diz respeito as pessoas negras, os livros as citam no passado, como se não fizessem parte da sociedade atual, desempenhando papéis tipificados e reservados nesse material como, escravo, doméstica, contador de estórias. Na análise realizada dos livros didáticos, percebi, claramente, essa situação. Os negros, na maioria das vezes, aparecem relacionados à escravidão e a trabalho braçais.

A mistificação de certas personalidades como responsáveis por processos históricos, além de desestimular atitudes inovadoras, não deixa espaço para a participação dos indivíduos comuns dos movimentos sociais, apagando-os da história, bem como os segmentos sociais a que pertencem. Nos livros didáticos, podemos constatar bem esta assertiva, através da forma como os negros são apresentados. Por esta razão, torna-se importante a elaboração de materiais didáticos que possibilitem afirmar o protagonismo destes personagens, e o livro paradidático proposto possui este intuito, ao tratar sobre Zeferina e o Quilombo do Urubu.

Negrão mostra a luta do movimento negro pela recuperação da história e da cultura do povo africano no Brasil. Esta reivindicação apoia-se na concepção de que tal recuperação acarretaria no fortalecimento da identidade da população negra, pois os negros poderiam, assim,

apropriar-se da história de suas lutas (NEGRÃO, 1990, p.38). Destaco que esta luta resultou na produção da Lei 10.639/03 no cenário social brasileiro, ao tornar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, promovendo a necessidade da produção de materiais didáticos que viabilizem a positivação do negro, principalmente da mulher negra.

Compreendo que a Lei 10.639/03 proporciona, para o cenário brasileiro, o repensar das relações étnico-raciais e, conseqüentemente, das nossas práticas pedagógicas, não cabendo mais aos professores se debruçarem apenas nos livros didáticos, ratificando a incorporação de materiais didáticos que promovam referenciais positivos da figura do negro e, especialmente, da mulher negra.

Jussara oliveira de Souza (2016), no artigo: “Lei 10.639/03: treze anos de histórias. O que ainda está por vir?”, expõe que o objetivo da Lei 10.639/03 é justamente corrigir a ausência de conteúdos significativos sobre a história da África e dos africanos nas unidades escolares públicas e particulares, nos níveis de ensino fundamental e médio do país. Este pensamento colabora com a pesquisa, já que o livro paradidático tem o intuito de minimizar essas ausências presentes nos manuais didáticos. Este apagamento é ainda maior com os personagens negros e, em mais especificamente, com a mulher negra. E, talvez, por essa razão, os educandos desconhecem a participação das mulheres negras nos movimentos de resistência escrava, a exemplo da própria Zeferina.

Jocéli Domanski Gomes dos Santos, no artigo: “A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na Educação Básica”, mostra que o ensino de história deve focar as discussões sobre África, pois é a única forma de minimizar e romper com a estrutura eurocêntrica que, até hoje, caracteriza a formação escolar brasileira. Assim, os docentes, ao tratarem da História da África e da presença negra no Brasil, devem realizar abordagens positivas, obviamente que não deixando de evidenciar o sofrimento dos negros, mas principalmente salientando as várias lutas de resistências empreendidas por eles. Neste sentido, o livro paradidático “Zeferina - O conto de uma quilombola”, cumpriu seu papel, pois apresenta uma história positiva de Zeferina e informa sobre a participação de mulheres negras nos movimentos de resistência escrava.

Nesta perspectiva, educadores comprometidos com uma educação democrática, devem lutar para que estas representações sejam, ao mesmo tempo, diversificadas e o menos

deturpadas possíveis, pois objetivamos que livros se constituam em veículos de abertura para o mundo na formação de mentalidades democráticas.

## 2.5. Revisitando o Conceito de Quilombos

O quilombo é liberdade, fica quem vier por amor à liberdade. (SIQUEIRA, 1995, p. 3)

A expansão das áreas dedicadas à agro exportação, a intensificação do trabalho escravo, o aumento da população cativa, em particular no contingente africano, o movimento de independência, as revoltas regionais e, mais tarde, os abolicionistas, formaram um ambiente favorável à rebeldia escrava. Este contexto propiciou, principalmente, a formação dos quilombos.

Entendia-se quilombo como qualquer ajuntamento com cinco ou mais escravizados. A antiga historiografia da escravidão observava esses mocambos como refúgios de escravizados distantes dos centros, isolados no meio do mato. Essa conceituação impregnou-se no imaginário popular. Os estudos positivistas,<sup>17</sup> como o de Arthur Ramos e Edson Carneiro já demonstravam a organização social dos quilombos, percebendo-os como uma resistência ao processo de aculturação europeia a que eram submetidos os escravos nas senzalas.

Nos anos 1950, no Brasil, surgiram, nos meios acadêmicos, outros estudos como o de Clóvis Moura (1983), que buscou compreender os quilombos a partir de uma perspectiva marxista, mostrando-os como uma negação ao regime do cativo por meio da criação de uma sociedade alternativa livre, fundamentando a marginalização e isolamento destes locais.

Nos anos 1980 e 1990, os herdeiros dos paradigmas marxistas e culturalistas renovam suas discussões sobre quilombos, entendendo-os no interior dos aspectos simbólicos e rituais de vida em sociedade, contextualizando-os historicamente. Estes estudos preocuparam-se com a pesquisa documental, a descoberta das fontes manuscritas e orais que ampliassem o nosso conhecimento sobre os mocambos no Brasil, estabelecendo uma relação entre eles e os diversos grupos da sociedade escravocrata.

Na década de 1990, observa-se uma nova onda de estudos revisionistas que vêm apontando para uma nova percepção sobre a resistência escrava no Brasil, como o de João José

---

<sup>17</sup> Os estudos positivistas dão ênfase aos grandes feitos e heróis, voltada para uma história política.

Reis, Eduardo Silva, Flávio Gomes, dentre outros. A nova historiografia da escravidão promoveu uma significativa contribuição para o entendimento dos quilombos, ao enfatizar que muitas dessas organizações quilombolas ficavam próximas aos centros urbanos e fazendas e em contato direto com a sociedade escravocrata, mantendo, muitas vezes, uma relação direta com os comerciantes locais e taverneiros, contradizendo assim, a ideia de que combatiam o sistema escravista ou de que viviam isolados. O que negavam era a condição de ser escravizado.<sup>18</sup>

Como o objeto deste estudo trata do quilombo do Urubu e o mesmo segue essa especificidade, apropriar-me-ei do conceito da nova historiografia da escravidão que é usado nos estudos de João José Reis e Flávio Gomes, para compreender a dinâmica existente neste agrupamento.

João José Reis (1989), no artigo “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, apresenta uma discussão sobre a resistência coletiva dos escravos no Brasil, ao mostrar que, apesar de existirem várias formas de resistência coletivas na escravidão, a revolta e a formação de quilombos foram as mais importantes. A documentação abaixo reforça bem esta questão:

Devassa dos mortos feitos em Manoel José Correia, Antônio Nunes dos Santos e Lourenço de Santa Barbosa nas imediações de Pirajá e ferimentos em outras pessoas.

Auto de Devassa que mandou fazer o Desembargador Ouvidor Geral do Crime André Gonçalves Souza pelo que abaixo se declara.

Exmm

José Herculano Pereira Lisboa da Cunha

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e seis aos vinte dois do mês de dezembro do dito ano nesta cidade da Bahia e Casa do Desembargador Ouvidor Geral do Crime.

André Gonçalves de Souza onde eu escrivão vem pelo dito Ministro me foi dito que em consequência da portaria do Excelentíssimo Vice Presidente desta província lhe contava que na madrugada do dia dezessete do corrente houve uma insurreição de negros nas imediações de Pirajá daquela região, assassinos, roubos e incêndios de lares como foi presente do mesmo Excelentíssimo Vice Presidente pela parte que dera o Comandante da Polícia, e como hera caso de Devassa que a ela proceder e por isso me ordenara que fizesse o presente Auto para por ele perguntar as testemunhas e tomar conhecimento do fato e igualmente sobre quem para

---

<sup>18</sup>São estudos revisionistas sobre a resistência escrava que procuram entender essa com um novo olhar, a partir de outras possibilidades. Observa-se que esses estudos estão dentro da abordagem historiográfica da História Cultural. A pesquisa também segue essa influência.

tal acontecimento dera conselho ajuda ou favor. Ao que saber fiz com o presente Auto diante do qual juntei ao desta portaria a qual do Comandante de Polícia, os (*fim da página ilegível*) e Corpo de Delito que deixo registrado. Escrivão José Herculano Pereira Lisboa da Cunha.

O Desembargador Ouvidor Geral do Crime manda imediatamente fazer exame de Corpo de Delito nos cadáveres que em Pirajá foram assassinados pelos negros da Insurreição que teve lugar ontem dezessete do corrente nas imediações daquele sítio afim de que procedendo se em conformidade da lei passos com a maior brevidade possível ser punidos com todo rigor os mesmo aqueles reus de suma tão atroz como pernicioso delito.<sup>19</sup>

João José Reis afirma que a maior parte dos quilombos não ficavam isolados ou perdidos no alto das serras, muito embora estivessem localizados em lugares protegidos, vivendo próximos aos engenhos, fazendas, vilas e cidades, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolviam escravos, negros livres e mesmo brancos de quem recebiam informações sobre movimentos das tropas e de outros assuntos estratégicos. (REIS, 1989, p. 18). Observa-se que essa configuração dos quilombos é a mesma tomada pelo Quilombo do Urubu.

Reis (1989), aponta, também, que muitos quilombos assaltavam viajantes nas estradas, atacavam povoados e fazendas, roubavam dinheiro e bens, recrutavam escravos para fortalecimento do grupo e sequestravam mulheres escravas para melhorar o perfil demográfico que era predominantemente masculino. Na documentação abaixo, observa-se que as mulheres agregavam-se aos poucos às formações quilombolas e já havia uma preocupação com a formação desses ajuntamentos na região soteropolitana.

A Junta Provisória de Governo desta província transmite a V. Ex.<sup>a</sup> a inclusa cópia da representação feita pelos moradores dos lugares do Cabula, S. Bento, Barreiras, Pedrinhas, Pirajá, e Batefolha, acerca dos contínuos e numerosos ajuntamentos, que ali há de diversos negros armados, e mulheres que se lhe agregam, cuja fim de He sumamente pernicioso, e comunica a V. Ex.<sup>a</sup>, que cumpre á bem do público serviço, que V. Ex.<sup>a</sup> dê a providencia, que julgar conveniente, a fim de se dispersarem semelhantes reuniões, que tem lugar principalmente nos Domingos e Dias Santos. Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palácio do Governo da Bahia aos 14 de fevereiro de 1822. Francisco Vicente Vianna, Francisco Carneiro de Campos, Francisco Belchior Pires de carvalho e Albuquerque, Manoel Ignácio da Cunha Menezes, José Cardoso Pereira de Mello.<sup>20</sup>

Segundo Stuart Schwartz (2001), no livro: “Escravos, roceiros e rebeldes”, a produção historiográfica da escravidão tem focalizado dois temas: a formação de quilombos e as revoltas escravas. No entanto, reconhece que outros aspectos também receberam alguma atenção,

<sup>19</sup> Palácio do Governo Bahia 18 de dezembro de 1826. APEBA, Maço 2845, p. 1 a 4.

<sup>20</sup> Para o Sargento Mor Inspetor do Hospital Militar desta cidade. (Diário Constitucional, 19 de fevereiro de 1822).

porém, esses dois fenômenos ainda dominam as discussões sobre o tema, ressaltando que alguns quilombos interagiam com a organização de revoltas escravas, contribuindo com elas.

Como este estudioso, Flávio Gomes (1996), também, aponta que a maior parte da historiografia dedicada ao estudo de resistência negra procurou privilegiar o enfoque aos quilombos e as insurreições. Porém, Gomes sinaliza que os pequenos mocambos ou revoltas, que eram rapidamente sufocados, foram considerados menores ou de quase nenhuma importância histórica, como o caso do quilombo do Urubu, sendo, muitas vezes, silenciados pela própria historiografia.<sup>21</sup>

Kátia Matoso (1988), afirma que os quilombos surgiram da própria instabilidade do regime escravista, representando uma solução a todos os problemas da inadaptação do escravizado. Ratificando esse pensamento, Donald Ramos (1996), no texto: “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”, atesta que os quilombos não são como uma rejeição sistêmica da escravidão, mas um veículo para a fuga individual do cativo, enfatizando que, apesar de o escravo fugir do cativo, muitos mocambos existiram perto e cooperaram com elementos da sociedade colonial.

Este autor faz menção aos quilombos enquanto parte do sistema escravocrata mais amplo, não representando simplesmente uma fuga deles, evidenciando que estes funcionavam como uma válvula de escape, retirando os escravizados incapazes ou não desejosos de permanecerem no interior do tecido social. No entanto, observo que nas documentações é notória a preocupação da polícia frente a esses mocambos.

Relatando este facto ao público, julgamos ter cumprido num precioso dever; ao passo, que facilitamos à nossa vigilante polícia, tem quem depositamos a mais robusta confiança, meios de obstar qualquer tentativa sinistra que por se trame, e, em todo o caso, o sossego e tranquilidade de inumeráveis habitantes daqueles Distritos merecem alguma atenção: para que ela vele, em que se não repitam essas bárbaras e noturnas folganças. Observaremos, por fim, que não se deve limitar as patrulhas somente ao interior da Cidade, onde sem dúvida o seu auxilio e muito menos prestante, do que nos arrebaldes como a Victoria, a Fonte das Pedras, Calçada do Bomfim e seus arredores compreendendo o dito Engenho da Conceição, etc., sítios estes, em que depois de 8 horas se pode[...].<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>Observa-se que a própria historiografia inviabiliza alguns objetos. Como o caso dos quilombos menores que ficavam espalhados pelo Brasil. A maioria dos estudos ainda dá ênfase o Quilombo dos Palmares, nem sinalizando a existência de outros mocambos.

<sup>22</sup> Correio Mercantil, 4 de julho de 1838, Vol. III, nº 500.

Walter Fraga e Wlamyra R. de Albuquerque (2006), em “Uma História do negro no Brasil”, ao tratarem sobre os quilombos, abordam que é comum as pessoas imaginarem que eram comunidades exclusivamente negras, escondidas no meio das florestas, longe das cidades nas quais viviam através da agricultura, caça e extrativismo. Além disso, estes autores mostram que grande número de quilombos estava próximos das fazendas, engenhos e cidades inquietando às autoridades locais.

João José Reis (1998), no livro “Rebelião escrava no Brasil - A história do levante dos malês (1835)”, assinala que os quilombos localizados na periferia das cidades ou nas áreas agrícolas sobreviviam de assaltos e saques nas fazendas e estradas circunvizinhas e levavam certa instabilidade às áreas nas quais atuavam, provocando, frequentemente, ações repressivas do Estado.

Os quilombos também podem ser entendidos como uma forma de controle social, pois a sociedade escravocrata, sabendo da existência deles, permitia-nos, para evitar as revoltas que almejavam o fim do sistema escravista. Neste sentido, segundo Ramos (1996, p. 167), as rebeliões representavam, em muitos casos, um esforço para destruir o sistema, enquanto o quilombo era, pelo menos na superfície, apenas uma rejeição do sistema”. No entanto, o autor reconhece que algumas destas ocupações interagiram com a elaboração de revoltas, contribuindo, assim, para a sua constituição, como no caso dos negros e negras do Quilombo do Urubu que planejavam realizar uma revolta na noite de natal.

Schwartz (2001), aponta que alguns quilombos interagem com a organização de revoltas escravas, contribuindo com estas, pois buscavam mostrar, com isso, que havia um grande temor da população local em relação a tais manifestações. Assim, os quilombos passaram a ser vistos como uma ameaça, pelo fato de poderem estabelecer laços de união com outros escravos, negros libertos e livres no sentido de organizarem revoltas.

Tendo aparecido na madrugada do dia 17 do corrente uma Insurreição de negros nas imediações de Pirajá, termo desta cidade, da qual se seguirão assassínios, roubos e incêndios de casas, como foi presente pela parte do Tenente Coronel Comandante da Divisão de Polícia, e convindo a segurança e tranquilidade desta mesma Cidade e Província tomadas as medidas necessárias ordeno ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime que proceda imediatamente em conformidade das Leis contra os réus de seus perniciosos crime, procurando conhecer por meio de perguntas aos ditos réus o fim a qual se dirigia tal projeto, e do qual achando dará logo conta, para que em providência como o exigir a segurança pública. E quanto aos indivíduos que foram achados em casebres manterá em processo aqueles que pela natureza de suas culpas o merecerem, seguindo a parte que lhe será apresentada pelo sobre dito Tenente Coronel

Comandante e aos outros fará castigar politicamente conforme a maior ou [...].<sup>23</sup>

Na presente documentação, nota-se que, para garantir a segurança pública e manter a ordem social, foram tomadas providências cabíveis do Estado, ratificando o temor da sociedade de que estes ajuntamentos de escravizados se tornassem revoltos.

Reis (1998), informa que alguns quilombos constituíram-se a partir de fugas coletivas iniciadas em revoltas, havendo grande semelhança entre estas duas formas de resistência escrava. No entanto, apesar dos quilombos não representarem uma ameaça efetiva à escravidão, o autor retrata que passou a se constituir em uma ameaça simbólica devido ao medo construído entre senhores e colonos.

Observa-se, desta forma, uma preocupação da sociedade da época com relação aos quilombos. Pode-se constatar isso claramente no fragmento do documento:

[...] que a nova Câmara atenda para tais desleixos, providenciando-os. Também sabemos de muitos quilombos atualmente formados fora da Cidade, a saber: nos Mares, Bate folha, estrada do Rio Vermelho, Campo Seco, Cabula &c. e até nos afirmou uma pessoa digna de crédito, existirem nesses quilombos armas de fogo, lanças, e outros instrumentos; dê-se quanto antes exata busca para que o mal não vá grassando, temos a tropa que faz a Polícia, que até hoje não tem descansado; para empregar toda energia a fim de ser a tal negraria.<sup>24</sup>

A partir das leituras realizadas, ainda se torna difícil estabelecer conexões entre os quilombos e as revoltas, mas já se reconhece que alguns destes se originaram de revoltas e vice-versa. Assim, faz-se necessário, um estudo mais aprofundado sobre essa questão. No entanto, observo comportamentos diferenciados das autoridades frente aos quilombos antes e depois de Palmares. Antes havia uma permissividade com esses mocambos, já, após a investida contra Palmares, as autoridades, temendo que estes tomassem as mesmas proporções, passaram a ter um controle maior sobre eles.

O medo de revoltas por parte da sociedade escrava era intenso. Constata-se este temor nas posturas administrativas municipais, como proibições à organização e ao contato de escravizados com pessoas de outros grupos sociais.

Todo aquele que vendes, ou fizer, concentrar, ou aguças qualquer arma proibida no ano [...] 299 do artigo 1º do Edital desta Câmara do dia 15 de

<sup>23</sup> APEBA, 1826, maço 2845.

<sup>24</sup> Grito da Razão, 16 de fevereiro de 1825, número 13.

junho deste ano á qualquer pessoa, e quaisquer outras armas ofensivas, e defensivas á escravos, será multada em 20, 000 [...], e oito dias de prisão e no dobro- nas reincidências; os transgressores que forem escravos serão isentos da pena imposta quanto constas por documento autentico que foram castigados judicialmente com cem açoites à pedido dos seus senhores, as quais ficarão inclusas na pena pecuniária sempre que a isso se negassem.<sup>25</sup>

Sidney Chalhoub (1990), em “Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte”, mostra que o medo das insurreições escravas na primeira metade do século XIX não levava a maiores questionamentos a respeito do sistema escravista. No entanto, percebe-se que o problema das revoltas escravas era assunto de vigilância, conforme exposto nas posturas municipais.

Maria de Lourdes Siqueira (1995), no texto “Quilombos no Brasil e Singularidade de Palmares”, evidencia que os quilombos representavam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil. Assim, africanos de diferentes grupos étnicos mesclaram-se nos quilombos como forma de resistir a uma determinação política anterior de separá-los.

Esta autora sinaliza que esses núcleos de resistência tiveram continuidade e interagem com os quilombos, através de suas tradições, valores, costumes, mitologias e rituais. Sendo que hoje são conhecidos como quilombolas, comunidades negras rurais, terra de pretos, remanescentes de comunidades de quilombos.

Constata-se, portanto, que essas comunidades quilombolas vêm ganhando notoriedade, atualmente, no que diz respeito à luta pelo seu reconhecimento, em especial, no campo legal, através da produção de medidas jurídicas, como, por exemplo, a legalização da terra, da moradia, do direito à educação e saúde.

Além disso, Maria de Lourdes Siqueira aponta que, no início do século XIX, diferentes grupos de africanos escravizados organizaram uma sociedade secreta denominada Og Bo, com o objetivo de lutar contra a escravidão. No decurso do movimento, em 1826, muitos de seus adeptos formaram o Quilombo do Urubu. Ocorre, então, a necessidade de se investigar, posteriormente, a relação entre essa organização secreta e o mocambo.

Dessa maneira, constata-se que, apesar de apresentarem várias peculiaridades, os quilombos foram muito importantes, pois dinamizaram o sistema escravista brasileiro, ao mobilizarem um grande número de homens e mulheres que desejavam dar novos rumos às suas

---

<sup>25</sup> Câmara Municipal, Posturas Municipais, FCH, liv. 119.5, fl.50, v, 89.

vidas, “espalhando suas sementes” em todo o país, como ocorreu em Salvador, com o Quilombo do Urubu.

## 2.6. Entendendo o Quilombo do Urubu

O quilombo do Urubu destaca-se pela sua especificidade, o de ter sido liderado por uma figura feminina, Zeferina. Neste sentido, João José Reis (1988), em: “Rebelião Escrava no Brasil”, explana que em todo o Brasil, os escravos da Bahia tornaram-se famosos por sua rebeldia, ao destacar a recorrência das rebeliões durante o século XIX.

[...]na ponta inferior que formava uma espécie de corneta e como viesse armadas de foices, facões, facas, lazarinas, louças e mais outros instrumentos curtos, gritando que se entregassem, mas eles lançando-se furiosos sobre a tropa gritando mata e mata, foi-me necessário mandar fazer fogo, com que consegui dispersarem-se e indo em encalce prendi a negra Zeferina a qual se achava com arco e flecha na mão e achei os negros mortos e uma negra e alguns sacos de farinha e bolacha e como fosse já noite e eu não tive certeza onde achasse os dispersados negros porque todos tinham fugido deixei perto do referido lugar o mencionado Sargento e Soldado de Pirajá para observar qualquer movimento que houvesse, retirando-me as 7 horas da noite a dar parte a Vossa Senhoria do acontecido e entregando neste Quartel a preta apresentando-a com o arco e flecha que lhe foram achados.

Batalhão e Quartel da Polícia 17 de dezembro de 1826. B. José (*ilegível*) Silva=Ajudante.<sup>26</sup>

José Alípio Goulart (1972), no texto “Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia escrava no Brasil”, ressalta que o quilombo do Urubu formou-se em 1826, no sítio de cajazeiras, nas proximidades da capital, tomando sérias proporções, não somente começando a atacar e a realizar pequenos furtos, como também preparar um ataque à capital onde premeditavam uma revolução.

Segundo Pedreira (1973), em: “Os quilombos brasileiros”, o quilombo do Urubu ficava localizado nas matas do sítio cajazeiras, vizinhança da cidade do Salvador, sendo datado em 1823. Apesar de ficar próximo dos engenhos e do centro da cidade, Urubu localizava-se em um área de difícil acesso. Na pesquisa documental, encontrei registros sobre o referente mocambo no ano de 1826.

João José Reis (1988), ressalta que essas revoltas eram planejadas ou espontâneas e geraram um clima de instabilidade na capital baiana, demonstrando que em várias ocasiões os

---

<sup>26</sup> APEBA, 1826, Maço 2845, p. 12-15.

rebeldes tiveram seus planos frustrados e não foram além da conspiração. O autor aponta que as primeiras manifestações de rebeliões ocorreram em Salvador ou em subúrbios. Assim, percebe-se que uma boa parte da vida comunitária africana foi reconstituída e inovada nos arredores da capital.

A cidade estava cercada por quilombos e terreiros religiosos, indicando que aqueles eram considerados *sui generis*, ou seja, os seus residentes permanentes deveriam ser poucos. É possível que funcionassem principalmente como “estações de descanso” para escravizados que procuravam escapar por alguns dias do mundo dos senhores e para os libertos que não estavam liberados de seus desejos de convivência africana. Eram quilombos sem estabilidade, cuja proximidade de Salvador tornava fácil o trabalho da repressão. Reis mostra a repressão que se estabeleceu nos quilombos, assinalando que foram detectadas em duas áreas principais, os bairros de Nossa Senhora dos Mares e do Cabula. Assim, os quilombos foram assaltados e houve resistência e ferimentos, como demonstrada na transcrição a seguir:

Tendo expedido a força disponível da..., e correspondente às notícias que V.Ex<sup>a</sup> nos tem dirigido desde ontem a respeito do ajuntamento, o motim dos negros nas imediações do Cabula, fazendo marchar ontem pelo fim da tarde perto e 200 homens de .... comandados pelo coronel graduado ....., nº 15, assim como hoje ordem para o regimento de Pirajá perseguir, prender, dispersar os revoltosos, agora se presente aquele coronel com a força que comandava participam-me que tudo achou, e deixou disperso, encontrando apenas um negro bem ferido que fez conduzir, e que ... com os instrumentos achados V. Ex<sup>a</sup>, ...dignos dele como julgar por bem”. Dear grande V. Ex<sup>a</sup> Quartel general b. 18 de dezembro de 1826.<sup>27</sup>

Apesar de não explícito na documentação, tudo indica que está sendo feita referência ao Quilombo do Urubu, ao analisarmos a localidade e datação. Conforme Reis (1988, p.74), durante a Guerra da Independência, ocorreram três revoltas escravas na Bahia, tendo destaque a do Quilombo do Urubu. O levante foi deflagrado por escravos fugidos que se reuniram inicialmente em Cajazeiras, distrito de Pirajá.

A maioria das pessoas apropria-se, ainda hoje, do quilombo de Palmares enquanto referência e padrão para o entendimento sobre os mocambos no Brasil, o que de certa forma não permite que estas se informem a respeito da presença de outros quilombos nas demais regiões do país os quais se constituíram em grande dimensão para o contexto da época, tal como o quilombo do Urubu.

---

<sup>27</sup> APEBA, Maço, 3366.

Além de Palmares, que teve grande importância no processo de resistência escrava, existiram outros, inclusive na Bahia, como o Quilombo do Buraco do Tatu, localizado em Itapuã e chefiado por Antônio de Sousa e Teodoro, juntamente com suas companheiras, que possuíam o título de rainhas. Esse quilombo durou por 20 anos, sendo, depois, exterminado pelas autoridades coloniais. A partir desta informação, fica evidente a recorrência de mulheres nos quilombos, inclusive ocupando cargos de chefia. (SIQUEIRA, 1995, p. 5)

No próprio quilombo de Palmares, há a figura de Acotirene, mãe do rei. Segundo Maria de Lourdes Siqueira (1995, p.5), quando houve o desmantelamento da comunidade de Palmares, foram presos de uma só vez cinquenta e seis negros, sendo que a maioria era composta por mulheres.

A prática de pequenos furtos era recorrente entre os quilombos no Brasil, conforme mostram em seus estudos, Flávio Gomes e João José Reis. O quilombo do Urubu cresceu em grande proporção no momento em que foi descoberto pelas autoridades numa tentativa de levante, tendo contado com a participação de outros escravizados, passando a ser altamente combatido.

João José Reis mostra que, no ano de 1826, ocorreu uma revolta do quilombo do Urubu, sendo deflagrado por escravos fugidos reunidos inicialmente em Cajazeiras, no Distrito de Pirajá, evidenciando que suas primeiras vítimas pertenciam a uma família de lavradores que surpreenderam alguns negros carregando para o esconderijo carne e farinha de mandioca roubadas. Assim, temendo serem denunciados, eles atacaram as testemunhas, inclusive uma menina que foi seriamente ferida, como descrito a seguir:

Parte Geral da Divisão Militar da Guarda Imperial da Polícia do dia 17 de dezembro de 1826

Lázaro Guedes

Tendo-se-me denunciado que alguns pretos de se aquilombaram e premeditaram apresentar uma revolução na cidade deponho-me a prevenir, e prestar suas tentativas quando no dia de ontem soube que alguns do preditos negros, anteontem haviam ferido a várias pessoas no caminho do Cabula e raptado uma menina que com sua família se passava a uma roça no dito sítio cuja foi achada hoje muito maltratada e por isso foi recolhida no Hospital da Misericórdia onde se acha e então não podendo aguardar o momento que havia designado, para momentaneamente, e as horas que pelas denúncias me parecia próprias para capturar os malfeitores depois de haver participado a Vossa Excelência quando tinha a tal respeito chegado ao mês conhecimento e recebido as ordens necessárias, passei

imediatamente a comunicação a vários oficiais pondo leis a sua disposição e diversas tropas para que marchassem aos lugares suspeito [...] <sup>28</sup>

Nos autos da devassa, fica notório que o quilombo do Urubu se utilizava da prática de pequenos furtos e foi em decorrência de um ato mal sucedido que ocorreu o ataque das autoridades aos quilombolas. Além disso, o mocambo localizava-se numa área de difícil acesso, bem como estabelecia relações comerciais com taverneiros da época.

Dessa forma, constata-se que o Quilombo do Urubu se diferenciava dos demais por apresentar suas especificidades, como o de ter sido liderado por uma figura feminina e o de ter premeditado uma revolta. Além disso, este espaço apresentou uma diversidade étnica e de gênero, desconstruindo estereótipos e estigmas presentes no imaginário social sobre os mocambos.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

#### **3.1. Construção dos Produtos Pedagógicos**

Gustavo Gomes (2017), no texto: “Linguagens alternativas no ensino de história da África”, afirma que os livros didáticos ocupam um lugar de destaque, porque são utilizados por muitos professores, servindo de norteadores para os docentes e como relevantes instrumentos de informação para os discentes.

Gomes mostra a importância desses materiais didáticos no sentido de apresentar uma diversidade de gêneros textuais,<sup>29</sup> possibilitando o confronto entre discursos e representações, promovendo uma aprendizagem mais crítica e significativa. O autor observa que o livro didático não contempla todas as narrativas históricas, sendo necessária a utilização de outros recursos, como: filmes, novelas, histórias em quadrinhos, literatura, música, entre outros.

Retomando esse pensamento proposto por Gomes (2017), optei por elaborar um livro paradidático sobre Zeferina e sua liderança no Quilombo do Urubu, intitulado “Zeferina: O Conto de uma quilombola”, com base na documentação primária encontrada e no confronto desta com referenciais teóricos. Além disso, foi elaborado um material de apoio para o/a professor (a) denominado de: “Diálogo com o (a) professor (a)”, no qual realizo algumas discussões historiográficas sobre o tema, apresentando indicações de leituras e apontando

---

<sup>28</sup>APEBA, maço 2845.

<sup>29</sup>Podem ser entendidos como tipos de textos criados devido às necessidades comunicativas históricas.

alguns dispositivos didáticos a serem utilizados pelos professores no trabalho com este livro paradidático.

Acredito que o tema abordado no livro poderá contribuir no sentido de proporcionar experiências positivas sobre os negros e mais, especificamente, as mulheres negras, pois desconstrói os estereótipos presentes e possibilita repensar a figura do negro como agente protagonista, promovendo uma identificação com os alunos, pois expõe sobre os desafios encontrados e superados por homens e mulheres que resistiram ao contexto do sistema escravista. E, a partir destas estratégias, podemos nos inspirar para a transposição de dificuldades nos dias atuais.

A opção pela produção de um material impresso ocorreu, também, pelo fato que, mesmo com o amplo uso das tecnologias no contexto atual, o principal recurso didático utilizado pelo professor continua sendo o impresso. Conforme explicita Denise Bandeira (1994), isso se justifica pelo fato de:

[...] na educação, o material impresso, tradicionalmente conhecido, sempre foi aceito por alunos, professores e especialistas; de fácil manuseio, o material impresso pode ser utilizado em todas as etapas e modalidades da educação, o aluno e o professor podem consultá-lo fora da sala de aula.  
[...] material impresso não requer equipamento ou recurso tecnológico para sua utilização. (BANDEIRA, 1994, p. 16)

Itamar Franco (2009), no texto “Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso”, ressalta que o material didático impresso é uma tecnologia prática, tanto para o fabricante, como para o vendedor e o leitor, pois o livro é portátil e manuseável e consultável em qualquer ambiente e situações, independentemente de qualquer outra tecnologia, bastando apenas a sua conservação e luminosidade, facilitando o seu manuseio pelo leitor.

Inicialmente, para realização da pesquisa, realizei uma roda de conversas com alunos do Ensino Fundamental II na qual foi observado que, mesmo eles percebendo as tecnologias digitais como um avanço e como recurso dinamizador das aulas, ainda se sentem mais à vontade com o uso do material impresso, pois relataram que conseguem entender melhor o assunto abordado. Estes jovens também sugeriram o trabalho com gêneros textuais, tais como histórias em quadrinhos, romances, contos, dentre outros. Desta forma, nosso livro paradidático apresentará um conto.

A produção didática sobre a figura de uma representação feminina, como Zeferina, poderá contribuir no intuito de promover maior visibilidade à mulher negra na história do Brasil; ao identificar a diversidade de gênero existente nos quilombos brasileiros, desconstruindo assim, a ideia do senso comum de que esses mocambos eram locais masculinizados. A pesquisa procura, também, revisar o conceito de quilombos, ao mostrar a definição contemporânea que compreende estes agrupamentos como locais que estabeleciam relações comerciais com os taverneiros da época e que não ficavam tão distantes dos centros, desmitificando a ideia de Palmares como referência e padronização para compreensão dos espaços quilombolas no Brasil.

O tipo de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, documental e a oralidade, tendo sido desenvolvida em quatro etapas. Inicialmente, realizei uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e análise dos livros didáticos da Educação fundamental II sobre a participação feminina nos quilombos. Na segunda etapa, foi feita a análise documental sobre a participação de Zeferina no Quilombo do Urubu, bem como a realização de uma roda de conversa com os alunos do Ensino Fundamental II. Nessa roda, o objetivo pautava-se em levantar a imagem produzida pelos alunos a respeito dos quilombos e se conheciam ou haviam ouvido falar de Zeferina ou outras quilombolas.

É necessário enfatizar que a pesquisa a qual realizei nos arquivos deu-se, paulatinamente, pois foi produzida uma busca minuciosa e criteriosa dos documentos que correspondessem ao período tratado e estabelecida uma delimitação cronológica (1822-1830). Inicialmente, debruicei-me nos documentos da secção colonial para investigar se havia algo sobre o Quilombo do Urubu ou Zeferina. Além disso, utilizei o arquivo digital da Biblioteca Nacional onde encontrei periódicos sobre quilombos.

A terceira etapa da pesquisa desenvolveu-se a partir das entrevistas coletadas com moradores do bairro de Pirajá e indivíduos que trabalham como guias no Parque São Bartolomeu, com o objetivo de verificar a permanência ou não da memória social de Zeferina e do quilombo em estudo. Logo após, fiz um cruzamento entre os dados colhidos nas entrevistas e nas fontes documentais.

Posteriormente, iniciei a elaboração do livro paradidático sobre Zeferina e o Quilombo do Urubu no qual procurei discutir a história de vida da nossa personagem no panorama da resistência escrava. Os dados colhidos na pesquisa documental, nas rodas de conversa, nas oficinas e entrevistas auxiliaram na construção deste material didático.

Para a elaboração do livro paradidático, estabeleci alguns critérios em relação ao tipo de ilustração que seria utilizada. Assim, foi ilustrado a partir de desenhos criados por um ex-aluno do Ensino Médio do Colégio Estadual Norma Ribeiro, Anderson Buarque, hoje profissional da área de desenho Gráfico. Optei por trabalhar com ele, pensando em como este estudo poderia oportunizar o seu crescimento profissional.

Para compreender elementos do desenho, foi consultada a autora Esmeralda Negrão (1990), que afirma sobre o processo de estereotipia na ilustração da personagem negra. Essa estereotipia faz com que todas as personagens negras se assemelhem, porque são os traços individuais que marcam a fisionomia. Ressalto, portanto, que para criação das imagens tivemos o cuidado de evitar que isso ocorresse.

Com este livro paradidático, pretendo desenvolver nos alunos as seguintes competências:

- Identificar a diversidade étnica e de gênero existente nos quilombos;
- Demonstrar a atuação das mulheres negras nos movimentos de resistência;
- Compreender a liderança de Zeferina no Quilombo do Urubu;
- Entender o papel da mulher negra na sociedade escravista.

Os objetivos a serem atingidos com a obra referem-se a que os alunos e leitores possam:

- Diferenciar os quilombos e as revoltas escravas;
- Identificar os tipos de quilombos;
- Perceber a importância da participação da mulher negra nos quilombos.

Alguns conteúdos são abordados no paradidático, tais como:

- Gênero;
- Escravidão;
- Movimentos de resistência;
- Discriminação Racial;
- Quilombos.

O paradidático ou *book online* possui 25 páginas, Dimensão-250mmx250m, Margens-15mm superior, 15mm inferior, 15mm direita, 15mm esquerda, Sangria,3mm superior, 3mm inferior, 3mm direita, 3mm esquerda, Entrelinhas: 19 pt e entre parágrafos é de 2mm.

,Fontes Utilizadas Texto, Títulos: Gochi Hand. Tamanhos 14pt, 30pt, Capa e Capítulos: Gochi Hand, Swis721 Blk BT; Tamanhos 20pt, Programas utilizados Adobe Indesign. Adobe Photoshop.

Para embasar a elaboração do livro paradidático, debruicei-me em estudos da nova historiografia da escravidão, buscando mostrar os protagonismos e agências das mulheres negras nos movimentos de resistência, atribuindo ênfase às quilombolas.

#### **4.Considerações Finais**

Constatei, através do desenvolvimento deste trabalho, que a elaboração do livro paradidático: “Zeferina: o conto de uma quilombola”, comunga com o recomendando pela Lei 10.639/03, pelo fato de trazer à tona a figura de Zeferina que, até então, encontrava-se invisibilizada nos manuais didáticos do Ensino Fundamental II. É necessário que os educandos saibam da importância das mulheres negras no processo de resistência escrava e na construção da história do nosso país, uma vez que estes referenciais são significativos no sentido de promover a positivação da figura da mulher negra e a elevação da autoestima das alunas e alunos.

Pensar e elaborar um material didático para subsidiar professores da Educação Básica não se constituiu numa tarefa fácil, pois foi necessário romper com uma série de preconceitos presentes em nós mesmos, profissionais da educação, como romper com a ideia de colonização do currículo, apesar de sabermos que também temos responsabilidade sobre esta construção ideológica. É necessário descolonizar a nós mesmos. Assim, acredito que a produção de um material didático que proporcione referenciais positivos à figura do negro e, principalmente, da mulher negra é uma forma de rompermos com o que está instituído, minimizando práticas racistas ainda existentes no ambiente escolar.

Observei, também, ao longo da pesquisa, que os manuais didáticos e alguns materiais disponibilizados aos estudantes e professores são repletos de estereótipos relacionados à figura do negro. Como o próprio Kabelenge Munanga (2005), ressalta: os nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais, apresentam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam, também, o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com

professores no espaço escolar. Cabe ao professor(a) procurar minimizá-los, mas, antes, faz-se necessário que este se descortine enquanto educador.

É relevante destacar que, segundo Antonio Silva (2012), o livro didático, sobretudo a partir da década de 1960, vem sendo utilizado como um mecanismo de (in)formação do professor. Além disso, ao que tudo indica, é um instrumento didático predominante ou único em muitas salas de aula de todo o país. Esta constatação é um desdobramento da precariedade das condições de formação e trabalho dos professores brasileiros. As deficiências na formação destes, bem como as condições insuficientes de trabalho fomentam o uso massivo e pouco crítico do livro didático em sala de aula. Apesar do livro didático ser o principal recurso metodológico utilizado pela maioria dos professores e PNDL, é urgente realizar a avaliação destes, devido à necessidade da elaboração de materiais didáticos que viabilizem discussões não identificadas em seus contextos.

Nesta perspectiva, a Escola, enquanto instituição formal, deve assegurar o direito à educação a todo e qualquer cidadão, atuando contra qualquer forma de discriminação. Desta forma, faz-se necessário que os professores criem estratégias para minimizar práticas racistas presentes no ambiente escolar. E uma dessas, é justamente a elaboração de materiais didáticos que viabilizem a desconstrução de estereótipos quanto à figura da população negra.

Desse modo, ao entender a escola como um espaço multicultural e pluriétnico, bem como um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas, nada mais justo do que oportunizar aos alunos o conhecimento e apropriação de histórias que os remetam ao seu passado e aos seus antepassados.

## 5. Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA Filho, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: CEAO; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

\_\_\_\_\_. **A mulher negra no livro didático**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/30198550-.html>> acesso em 28 de agosto de 2018.

**ANAIS DO IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA. HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. 2018**, Santo Antônio de Jesus. Disponível em: [http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1535541179\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_anpuh2018.pdf](http://www.encontro2018.bahia.anpuh.org/resources/anais/8/1535541179_ARQUIVO_Artigo_anpuh2018.pdf). Acesso em dezembro de 2018.

APEBA, maço 2845. *Insurreição de Escravos*, 1826.

BANDEIRA, Denise. **Material didático**: conceito, classificação geral e aspectos da Elaboração. Disponível em: <<http://2.videolivriaria.com.br/pdfs/24136.pdf>>. Acesso em 21 de setembro de 2018

BARBOSA, Sílvia Maria Silva. **O Poder de Zeferina no Quilombo do Urubu**: uma reconstrução histórica político-social. 2003. 192 p. Dissertação (Mestrado)- Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **Materiais didáticos: concepções e usos**. Capítulo I – Livros e Materiais didáticos de História; In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**, 8 ano, SP, FTD, 2009.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**, 7º ano, 3ª ed. SP, FTD, 2015.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2006.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: Novas perspectivas, São Paulo: Editora- Unesp, 1992.

CARDOSO, Oldinei. **Leitura de História**, 7º ano, 1ª ed., SP, Escala Educacional, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL, POSTURAS MUNICIPAIS, FCH, liv. 119.5.

CAMPOS, Flávio de. **História nos dias de hoje**, 7 ano- Flávio de Campos, Regina Claro, Miriam Dolhnikoff- 2 ed.- São Paulo- Leya, 2015.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica/ Luís Fernando Cerri**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHALLOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIÁRIO CONSTITUCIONAL, 19 de fevereiro de 1822.

FREITAS, Itamar. Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso. In: Oliveira, Margarida Dias de; Oliveira, Almir Flélix Bueno de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: Editora da UFRN, 2009, p. 11-19.

FRISSOTI, Heitor. **Comunidade negra, Evangelização e Ecuminismo**. Bahia: Combonianos, 1997.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História/Thais Nívia de Lima e Fonseca**- 3ª ed.- Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura . **Políticas Públicas, Mercado Editorial e a 10.639/03: uma análise que insere livros didáticos**. In: VII Encontro Nacional Perspectivas para o Ensino de História, Uberlândia: EDUFU, 2009 - CDROM; GARRIDO, Mírian Cristina

de Moura . O passado escravista e sua influência em livros didáticos contemporâneos. In: XXV Simpósio Nacional de História: Por uma est(ética) da beleza na História. Fortaleza: ANPUH, 2009.

GOMES, Flávio. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: ***Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil***. REIS, João José (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Gustavo. **Linguagens Alternativas no Ensino de História da África**. In: ABRANTES, Harley. Africanidades na Sala de Aula, 2017.

GOMES, Nino Lima. **Educação e Identidade Negra**. Disponível em: [www.periodicos.letras.ufmg.br](http://www.periodicos.letras.ufmg.br) > Capa > v. 9 (2002) > Gomes. Acesso em 14 abr. 2019.

GOMES, Flávio. **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**/Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias – São Paulo: Selo Negro, 2012.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: Aspecto da rebeldia dos escravos no Brasil**, Rio de Janeiro, conquista, 1972.

GRITO DA RAZÃO, 16 de fevereiro de 1825, número 13.

JESUS, Rita de Cássia Dias P. de. História de Vida e Formação. In: Nascimento, Cláudio Orlando Costa do. Jesus, Rita de Cássia Dias P. de. **Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais**. Curitiba: Progressiva, 2010.

LUNA, Luís. **O Negro na Luta Contra a Escravidão**. MG - Belo Horizonte: Catedra, 1976.

MARINO, Denise Mattos. **História 9 ano**- 4 ed.- SP- IBEP, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Para Entender o Negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos** / Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora: Ação Educativa, 2006.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati e PINTO, Regina Pahim. **De olho no preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças** /Esmeralda Vailati Negrão e Regina Pahim Pinto. - São Paulo: DPE/FCC, 1990.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Olhares sobre a África: abordagens da história contemporânea da África nos livros didáticos brasileiros**. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/7977>.

PEDREIRA, Pedro Tomas. **Os quilombos brasileiros**. Salvador: Prefeitura Municipal / Departamento de Cultura / SMEC, 1973.

PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de Saber História**. 7 ano, Adriana Macha, Keila Grinberg- 3 ed- São Paulo- FTD, 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

RAMOS, Artur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro, casa de estudante no Brasil, 1956.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. REIS, João José (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Isabel Cristina F. “Uma Negra que fugio, E consta que já tem dous filhos”: Fuga e Família entre escravos na Bahia, **Afro-Ásia**, 1999 (23), p. 27-46.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**. A história do levante dos malês em 1835, São Paulo: Companhia das letras, São Paulo, 1986.

\_\_\_\_ João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

Revista USP/ Coordenadoria de comunicação social/ Universidade de São Paulo- Nº mar/maio 1989- São Paulo, SP, USP, CCS, 1989.

SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da História**. 7ª. série, 1 ed., São Paulo, Escala Educacional, 2006.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. Disponível: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf). Acesso 22.Jun.2019.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. **Mulheres guerreiras”: gênero e ideal de feminilidade na biografia da** Disponível em: <[http://www.www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382029533\\_ARQUIVO\\_textofinal.pdf](http://www.www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382029533_ARQUIVO_textofinal.pdf)>. Acesso em dezembro de 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás – Bahia, 1814. In: **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. REIS, João José (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SHARP, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: Novas perspectivas**, São Paulo: Editora- Unesp, 1992. P.39-62.

SILVA, ANA CÉLIA DA. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, KABELANGE. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p.7-185.

SILVA, M. A. (2012). **A fetichização do livro didático**. Educação e Realidade, v. 37, n. 3, set./dez. de 2012, p. 803-821.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. 1995. Disponível em: <<http://conaq.org.br/>> Acesso em: 11 mar. 2019.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia do Século XIX**. Salvador: Eduneb, 2006.

SOUZA, Jussara, Oliveira. Lei. 10.639/03: **Treze anos de histórias. O que ainda está por vir?** In: VIII Encontro Estadual de História da Apuh-Ba, 2016. Anais eletrônicos. Feira de Santana, 2016. Disponível em: [www.encontro2016.bahia.anpuh.org/.../1477653836\\_Arquivo\\_JussaraOliveiradeS...](http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/.../1477653836_Arquivo_JussaraOliveiradeS...)> acesso em 18 dez. 2018.

**Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2001.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA Jorge; CALAINHO, Daniela Bueno. **História - 8º ano**, 1ª ed. SP: Saraiva, 2015.

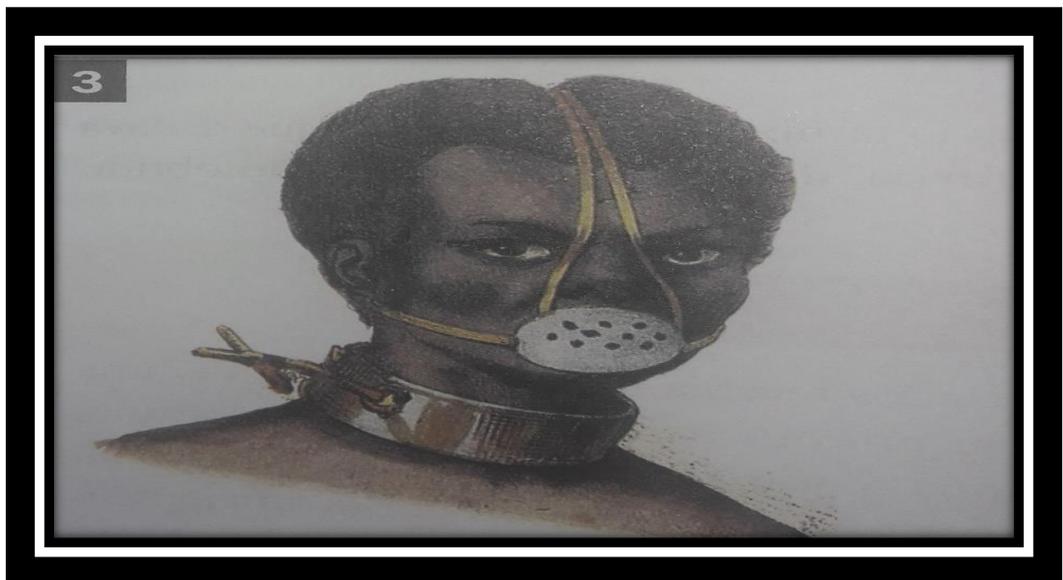
VERRANGIA, Douglas & SILVA e Petronilha Beatriz Gonçalves. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação- desafios e potencialidades do ensino de Ciências**. São Paulo- Universidade Federal São Carlos, Rev. Educação e Pesquisa, 2010.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. REIS, João José (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

## Anexos



Disponível em BOULOS: 2009, p. 16.



Disponível em: BOULOS, 2009, p. 18.